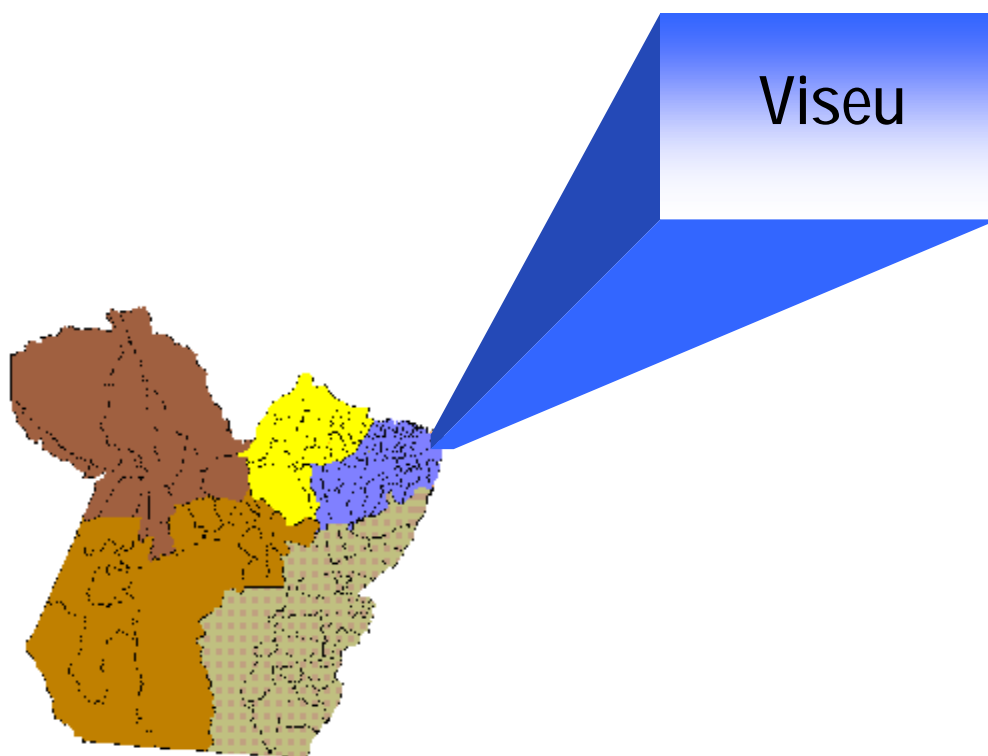




GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA ESPECIAL DE GESTÃO
SECRETARIA EXECUTIVA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E FINANÇAS
DIRETORIA DE ESTUDOS, PESQUISAS E INFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS
GERÊNCIA DE BASE DE DADOS ESTATÍSTICOS DO ESTADO



ESTATÍSTICA MUNICIPAL



2007

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Ana Júlia de Vasconcelos Carepa

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ
Odair Santos Corrêa

SECRETARIA EXECUTIVA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E
FINANÇAS
Carlos Mário Guedes de Guedes

DIRETORIA DE ESTUDOS, PESQUISA E INFORMAÇÕES SÓCIO-
ECONÔMICAS
Lúcia Cristina de Andrade

GERÊNCIA DE BASE DE DADOS ESTATÍSTICOS
Geovana Raiol Pires

EQUIPE TÉCNICA

Ádrian Santos Pacheco
Ana do Socorro Lisboa da Silva
Cláudia Gabriel Medeiros
Clayton Douglas Chagas de Oliveira
Edvaldo Fernandes de Souza
Eliana de Souza Amarante
José Augusto dos Santos Lopes
José João Pacheco
Marco Antônio Marques da Silva
Maria Gláucia Pacheco Moreira
Natanael Araújo da Rocha
Selma Jeronima Mesquita Couto
Zilfa Freitas

Estatísticas Municipais: "Indispensáveis para o Planejamento do Desenvolvimento Municipal"

Em um mundo globalizado e caracterizado por mudanças rápidas, a produção e a difusão de informações são processos de extrema relevância. No atual cenário econômico e social, torna-se premente a necessidade de democratizar o acesso às informações estatísticas, condição indispensável para o planejamento, iniciativa privada, pesquisadores, cientistas e para o exercício pleno da cidadania.

Antecedido pelo "Estado do Pará em Números", as "Estatísticas Municipais" é mais um produto do esforço persistente do Governo do Estado do Pará, por meio da Secretaria Especial de Estado de Gestão e da Secretaria Executiva de Estado Planejamento Orçamento e Finanças- SEPOF, no sentido da construção do Sistema de informações estatísticas Sócio-econômicas, matéria-prima essencial para a elaboração de políticas públicas.

No CD "Estatísticas Municipais" constam históricos e informações de todos os 143 Municípios do Estado do Pará, nas áreas, cultural, demográfica, saúde, educação, transporte, comunicação, finanças pública, etc., cuja série histórica mais freqüente é 1996 - 2004. E estará sendo constantemente atualizada e disponibilizada na internet.

A diversificação das variáveis apresentadas permite aos usuários das informações estatísticas construir suas próprias análises, projeções e cenários.

Esta iniciativa condiz com a necessidade de dados consistentes para a definição do planejamento, com foco na promoção do desenvolvimento Municipal. É a partir de dados estatísticos, que torna-se possível ao planejamento a elaboração, acompanhamento e avaliação de políticas mais adequadas a realidade de cada município. Também, proporciona a formulação de políticas de apoio, incentivo e tomada de decisão do setor privado, possibilitando ao Estado atuar como animador do processo de desenvolvimento.

Em decorrência de sua complexidade e abrangência, colaboraram a quase totalidades das instituições integrantes do Governo Estadual, além de órgãos das esferas Federal e Municipal, e a iniciativa Privada, os quais agradecemos suas contribuições, que representam as fontes de dados primários para a produção estatística.

Com as "Estatísticas Municipais", o Governo do Estado do Pará, por meio da Secretaria Executiva de Planejamento Orçamento e Finanças - SEPOF, vinculada a Secretaria Especial de Estado de Gestão, cumpre mais uma etapa na geração do Sistema de Produção de Informações Estatística do Estado do Pará, contribuindo para a promoção do desenvolvimento estadual, e conseqüentemente, colaborando para a redução dos desequilíbrios intermunicipais..

Lúcia Cristina de Andrade

Diretora de Estudos, Pesquisas e Informações Sócio-Econômicas

SUMÁRIO

1	ASPECTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS	6
1.1	HISTÓRICO	6
1.2	CULTURA	7
2	ASPECTOS FÍSICO-TERRITORIAIS	7
2.1	LOCALIZAÇÃO	7
2.2	LIMITES	7
2.3	SOLOS	7
2.4	VEGETAÇÃO	7
2.5	PATRIMÔNIO NATURAL	7
2.6	TOPOGRAFIA	8
2.7	GEOLOGIA E RELEVO	8
2.8	HIDROGRAFIA	8
2.9	CLIMA	8
3	DADOS ESTATÍSTICOS	9
3.1	DEMOGRAFIA	9
3.2	SAÚDE	14
3.3	EDUCAÇÃO	17
3.4	EMPREGO	22
3.5	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	23
3.6	POLÍTICO ELEITORAL	23
3.7	ENERGIA ELÉTRICA	24
3.8	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	26
3.9	COMUNICAÇÃO	27
3.10	TRANSPORTE	28
3.11	PRODUTO INTERNO BRUTO MUNICIPAL	30
3.12	AGRICULTURA	31
3.13	PECUÁRIA	33
3.14	EXTRATIVISMO VEGETAL	34
3.15	EXTRAÇÃO MINERAL	35
3.16	ESTABELECIMENTOS	35
3.17	FINANÇAS PÚBLICAS	36
3.18	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	37
	NOTA TÉCNICA	38
	GLOSSÁRIO	39

Tabelas

3.1	DEMOGRAFIA	9
3.1.1	População, Área e Densidade Demográfica 1980/91/96-07	9
3.1.2	População Segundo Situação da Unidade Domiciliar 1980/91/96-07	9
3.1.3	População por Sexo 1980/91/96-07	10
3.1.4	Indicadores Demográficos 1980/91/96/00	10
3.1.5	Habitantes por Unidades Domiciliares 1996/00	10
3.1.6	Domicílios Particulares Permanentes, por Alguns Serviços e Bens Duráveis Existentes nos Domicílios 1991 / 2000	10
3.1.7	População Residente, Segundo Algumas Características 1991/2000	11
3.1.8	Indicadores de População de 10 ou Mais de Idade, Economicamente Ativa e Ocupada 1991/2000	12
3.1.9	Distribuição da POC por Classe de Rendimento Nominal Mensal de Todos os Trabalhos em Salário Mínimo (1) 2000	12
3.1.10	Distribuição da POC por Posição na Ocupação e a Categoria no Trabalho Principal 1991/2000	12
3.1.11	Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, Ocupadas na Semana de Referência, por Seção de Atividade do Trabalho Principal 1991/2000	13
3.1.12	Pessoas não Naturais da Unidade da Federação que Tinham Menos de 10 Anos, Ininterruptos de Residência na Unidade da Federação 2000	13
3.2	SAÚDE	14
3.2.1	Unidades Ambulatoriais Cadastradas no SIASUS 1999-2003	14
3.2.2	Leitos por Habitantes 1999-2003	14
3.2.3	Hospitais e Leitos Segundo Algumas Características 1999 - 2003	14
3.2.4	Nascimento por Residência da Mãe, Segundo Sexo 1996-2002	14
3.2.5	Natalidade por Residência da Mãe, Segundo Peso ao Nascer 1996-2002	15
3.2.6	Nascimento por Faixa Etária e Residência da Mãe 1996-2002	15
3.2.7	Óbitos por Residência, Segundo o Sexo 1996-2002	15
3.2.8	Óbitos por Residência, Segundo Faixa Etária 1996-2002	16
3.2.9	Mortalidade Geral Segundo Principais Causas 1996-02	16
3.2.10	Morbidade Hospitalar do SUS 1995-03	16
3.2.11	Óbitos / Residência por Causas Evitáveis 1995-00	17
3.3	EDUCAÇÃO	17
3.3.1	Estabelecimentos por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1996-05	17
3.3.2	Bibliotecas por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1999-05	18
3.3.3	Laboratórios de Informática por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1999-05	18
3.3.4	Matrícula por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1996-06	19
3.3.5	Funções Docentes por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1996-05	20
3.3.6	Alunos Aprovados por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1996-02	20
3.3.7	Alunos Reprovados por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1996-02	21
3.3.8	Alunos Evadidos por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1996-02	21
3.4	EMPREGO	22
3.4.1	Número de Estabelecimentos com Vínculos Empregatícios Segundo Setor de Atividade Econômica do Cadastro RAIS 1999-2003	22
3.4.2	Estoque de Emprego Segundo Setor de Atividade Econômica 1999-2003	22
3.5	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	23
3.5.1	Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – 1970/1980/1991/2000	23
3.6	POLÍTICO ELEITORAL	23
3.6.1	Eleitores e Seção Eleitoral 1996/98/00/02/04/06	23
3.6.2	Eleitores por Sexo 1996/98/00/02	23
3.7	ENERGIA ELÉTRICA	24
3.7.1	Consumidores e Consumo de Energia Elétrica por Classe 1995-03	24
3.7.2	Consumidores e Consumo de Energia Elétrica por Classe 2004-06	25
3.8	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	26
3.8.1	Consumidores e Consumo de Água por Classe 1995-05	26
3.9	COMUNICAÇÃO	27
3.9.1	Terminais Instalados e Postos de Serviços 1995-02	27
3.9.2	Emissoras de Rádio, Televisão e Repetidoras 1995-99/02	27
3.9.3	Agências e Postos dos Correios 1997-02	27
3.9.4	Volume de Correspondência dos Correios e Telégrafos 1999-00	27
3.9.5	Volume de Correspondência dos Correios e Telégrafos 2002	27
3.10	TRANSPORTE	28
3.10.1	Veículos por Tipo 1995-05	28
3.10.2	Veículos Licenciados e não Licenciados 1995-05	28
3.10.3	Carteiras de Habilitação Expedidas 1995-05	28

3.10.4 Fluxo de Passageiros por Terminal Rodoviário Intermunicipal 1995-03	29
3.11 PRODUTO INTERNO BRUTO MUNICIPAL	30
3.11.1 Composição do Produto Interno Bruto a Preço de Mercado Corrente 1997-2004 (R\$ Mil)	30
3.11.2 Valor Adicionado Bruto a Preço Básico Corrente por Setor 1997-2004 (R\$ Mil)	30
3.11.3 Produto Interno Bruto Per Capta a Preço de Mercado Corrente - 1997-2004	30
3.12 AGRICULTURA	31
3.12.1 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Temporárias 1994-96	31
3.12.2 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Temporárias 1997-00	31
3.12.3 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Temporárias 2001-2002	31
3.12.4 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Temporárias 2003-2005	31
3.12.5 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Permanentes 1994-96	32
3.12.6 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Permanentes 1997-00	32
3.12.7 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Permanentes 2001-2002	32
3.12.8 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Permanentes 2003-2005	32
3.13 PECUÁRIA	33
3.13.1 Principais Rebanhos Existentes 1994-00	33
3.13.2 Principais Rebanhos Existentes 2001-2005	33
3.13.3 Quantidade e Valor dos Produtos de Origem Animal 1994-96	33
3.13.4 Quantidade e Valor dos Produtos de Origem Animal 1997-00	33
3.13.5 Quantidade e Valor dos Produtos de Origem Animal 2001-05	34
3.14 EXTRATIVISMO VEGETAL	34
3.14.1 Quantidade e Valor dos Produtos da Extração Vegetal 1994-96	34
3.14.2 Quantidade e Valor dos Produtos da Extração Vegetal 1997-00	34
3.14.3 Quantidade e Valor dos Produtos da Extração Vegetal 2001-2005	34
3.15 EXTRAÇÃO MINERAL	35
3.15.1 Reservas Minerais (1) 1996-1999 103 T	35
3.15.2 Distribuição das Ocorrências de Gemas e Rochas Ornamentais 1996-1999	35
3.16 ESTABELECIMENTOS	35
3.16.1 Estabelecimentos, por Setor Econômico 2001	35
3.16.2 Cooperativas Cadastradas na Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB 2003	35
3.17 FINANÇAS PÚBLICAS	36
3.17.1 Receitas Municipais 1998-01 R\$1,00 (Valores Nominais)	36
3.17.2 Receitas Municipais 2002-05 R\$1,00 (Valores Nominais)	36
3.17.3 Transferências Constitucionais do ICMS, FPM, IPI, FUNDEF e IPVA 1995-06 (R\$ 1,00)	36
3.17.4 Arrecadação Federal 1995-06 (R\$ 1,00)	37
3.18 INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	37
3.18.1 Número de Agências Bancárias, Aplicações, Depósitos e Poupança no Estado do Pará 1994-2005 (R\$ 1,00)	37

1 ASPECTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS

1.1 HISTÓRICO

A origem do município de Viseu remonta ao século XVI, quando, em 1521, pela primeira vez, um estrangeiro, Diogo Leite, adentrou as terras que eram habitadas pelos índios das tribos Tupinambás e Apotiângas. Posteriormente, no século XVII, essa mesma região passou a ser ocupada pelos franceses, originando reações políticas e militares.

Entretanto, comprovações documentais dão conta de que o atual município de Viseu surgiu a partir de um primeiro povoado, fundado em 1620, por ordem do Governador do Maranhão e do Pará, Francisco Coelho de Carvalho, na aldeia dos índios Apotiângas.

Por outro lado, há informações que indicam que o território original de Viseu fazia parte da Capitania de Gurupi, a mesma que no ano de 1662, o Rei Felipe III da Espanha, concedeu a Gaspar de Souza, que foi Governador Geral do Brasil. A Capitania de Gurupi se estendia do rio Caeté ao rio Turiaçu, com vinte léguas de fundo.

O Governador Francisco Coelho de Carvalho deu a seu filho, Feliciano de Carvalho, a mesma Capitania doada anteriormente a Gaspar de Souza, contrariando a Carta Régia de Felipe III. Fazia parte da Capitania de Gurupi a povoação de Vera Cruz, que mais tarde se transformou no atual município de Viseu.

A Corte de Madri desapropriou o ato de posse da Capitania de Gurupi, dada a Feliciano de Carvalho, devolvendo-a ao seu legítimo dono, ou seja, o filho de Gaspar de Souza, herdeiro de direito.

Como o povoado Vera Cruz pouco se desenvolveu, foi criada em seu lugar, em 1758, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viseu, nome com o qual entrou para a Independência do Brasil.

Segundo o historiador Theodoro Braga, desde o ano de 1833 até 1856, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viseu pertenceu ao território de Bragança. Em 1856, pela Lei nº 301, de 22 de dezembro, esta passou à categoria de Vila e, concomitantemente, à Município, sendo instalado como tal em 7 de janeiro de 1859; nesse mesmo dia, a Câmara Municipal de Viseu passou a ser presidida pelo senador Raimundo João da Trindade Marinho.

Com o advento da República, a Câmara Municipal, como instância de administração política, foi extinta em 26 de março de 1890, pelo Decreto nº 116; na mesma ocasião, foi criada, através do Decreto nº 117, uma instância similar sob a categoria de Intendência Municipal, tendo sido nomeado para o cargo de Presidente o senador José Lopes de Queiroz.

Em 1892, a Lei nº 28, de 30 de julho, outorgou a Viseu a categoria de Comarca. Em 1895, mediante a Lei nº 324, de 6 de julho, Viseu ganhou o predicativo de Cidade, instalada em 16 de novembro de 1895

No século XX, a existência de Viseu como Município sofreu alterações. Em 1930, os Decretos Estaduais de nº 6, de 4 de novembro, e nº 78, de 27 de dezembro, suprimiram-lhe a condição de Município, passando o seu território a ficar sob a jurisdição direta do Estado. Em 1953, a Lei Estadual nº 8, de 31 de outubro, devolveu-lhe a categoria de Município.

Em 1991, Viseu teve seu território desmembrado, juntamente com parte das áreas dos municípios de Ourém e Bragança, para a criação do município de Santa Luzia, através da Lei nº 5.688 de 13 de dezembro. O município de Viseu sofreu, ainda, novos desmembramentos para a criação dos municípios de Nova Esperança do Piriá, pela Lei nº 5.707, de 27 de dezembro de 1991, e de Cachoeira do Piriá, através da Lei nº 5.927, de 28 de dezembro de 1995.

Desde o ano de 1956, o município de Viseu conta com cinco distritos: Viseu (sede municipal), Camiranga, Fernandes Belo, São José do Gurupi e São José do Piriá, com os quais ficou configurado até os nossos dias.

No transcurso da sua história, o município de Viseu foi conhecido pelos nomes de Abra de Diogo Leite, Povoado de Vera Cruz e Freguesia da Nossa Senhora da Conceição de Viseu.

O nome Viseu resulta de um topônimo lusitano que significa “lugar alto” ou “elevado”.

1.2 CULTURA

A manifestação religiosa mais importante do município de Viseu é o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, comemorado entusiasticamente pela população. Destacam-se, ainda, as festividades de São Benedito e São Sebastião.

Não se têm notícias da existência de grupos folclóricos organizados que possam representar a cultura popular local.

O artesanato é constituído, basicamente, de objetos confeccionados com o barro, bem como madeira e corda. Os artesãos de Viseu produzem peças utilitárias, como panelas, pratos, alguidares, portas e chapéus.

Apenas a Biblioteca Pública Municipal realiza o trabalho de conservação e divulgação da cultura do Município.

2 ASPECTOS FÍSICO-TERRITORIAIS

2.1 LOCALIZAÇÃO

O município de Viseu pertence à Mesorregião do Nordeste Paraense e à Microrregião Guamá.

A sede municipal apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 01° 12' 15" de latitude Sul e 46° 08' 15" de longitude a Oeste de Greenwich.

2.2 LIMITES

- Ao Norte - Oceano Atlântico
- A Leste - Estado do Maranhão e Município de Cachoeira do Piriá
- Ao Su - Município de Nova Esperança do Piriá
- A Oeste - Municípios de Bragança, Augusto Corrêa e Santa Luzia do Pará

2.3 SOLOS

No Município há predominância dos solos: Peintossolo, Gley Pouco Húmico e Latossolo Vermelho-Amarelo média. Nas margens dos rios estão presentes os solos Hidromórficos e as Areias Quartzosas. Na sede municipal, aparecem os solos Halomórficos Indiscriminados.

2.4 VEGETAÇÃO

A cobertura vegetal dominante no Município é a Vegetação de Terra Firme, correspondente à Floresta Secundária Latifoliada. A Floresta Aluvial também se encontra presente como vegetação típica de várzeas. Nas áreas flúvio-litorâneas do Município ocorre o domínio do Mangue.

2.5 PATRIMÔNIO NATURAL

A alteração da cobertura vegetal natural era de 45,103%, segundo trabalho realizado em imagens LANDSAT-TM, do ano de 1986.

Na rede hidrográfica destacam-se os rios Gurupi e Piriá, as cochoeiras de Santo Antônio, Algibeira, Tapi-Açu e Itapeva.

Considera-se importante a serra do Piriá e a serra do Peito de Moça.

O Município contém a Colônia Indígena Canindé, com 125.000 ha (1.250 Km²), sendo que parte dela se localiza no município de Paragominas.

Há propostas para a criação do Monumento Natural de Viseu, englobando as cavernas do Prirá e a Gruta da Cobra - ambas na serra do Piriá, com área aproximada de 20 ha -, com o objetivo de preservar esses patrimônios naturais, uma vez que são as únicas formas que apresentam espeleotemas de fosfato (cavernas), raramente encontrados em outros lugares.

2.6 TOPOGRAFIA

A topografia do município de Viseu apresenta poucas variações, resultantes das condições geológicas locais, onde há sedimentos Quaternários e Terciários, apesar de inexpressiva mancha de terrenos Pré-Cambrianos.

2.7 GEOLOGIA E RELEVO

No Município, há ocorrência de rochas cristalinas metamórficas e metassedimentares, pertencentes ao Grupo Gurupi, de idade Pré-cambriana, cortadas por veios de quartzo auríferos, e por plasmáticos portadores de cristal de rochas, além de rochas sedimentares recentes de idades Terciárias e Quaternárias. Refletindo sua constituição geológica, seu relevo apresenta algumas formas mais movimentadas, fazendo parte do Planalto Rebaixado da Zona Bragantina e do Litoral de Rias e Lençóis Maranhenses. Apresenta pequenos morros e colinas, áreas aplainadas que constituem os pediplanos, além de alguns terraços nas áreas sedimentares e interpenetrações de influências litorâneas.

2.8 HIDROGRAFIA

O rio de maior importância na hidrografia do município de Viseu é o Gurupi, que nasce em território maranhense, formado por furos e igarapés. Seu curso apresenta 719 km de extensão e sua bacia hidrográfica está contida, aproximadamente, em 70% do Estado do Maranhão e o resto, no Estado do Pará; é o divisor natural entre os dois Estados. Por sua constituição geológica, correndo sobre rochas cristalinas, apresenta-se encachoeirado em longo trecho, o que ocorre entre o local conhecido como Pedras de Amolar até o distrito de São José do Gurupi.

O rio Gurupi possui os seus principais afluentes pela margem esquerda. Assim, recebe o Gurupí-Mirim e, após essa junção, sua largura de 40 metros cresce expressivamente, alcançando os 250 metros, antes da vila de São José do Gurupi, chegando a atingir até 2 km de uma margem a outra. Sua profundidade, de cerca de 5 metros nas primeiras rochas, chega a ser quase insignificante nas áreas sedimentares, atingindo pouco mais de meio metro. Além do Gurupí-Mirim, recebe os rios Guajará, Rolim e Coaraci-Paraná, no lado paraense.

A poucos quilômetros da foz (mais ou menos 10 km), há a interligação entre o igarapé das Cobras (canal natural) e o rio Carutapera, ambos no lado maranhense, ligação esta que se torna importante por conectar Viseu, no Estado do Pará, a Carutapera, no Estado do Maranhão. Após servir de limite natural entre os dois Estados, o rio Gurupi deságua no Oceano Atlântico.

O rio Piriá é o segundo em importância no Município. Nasce e corre na direção Sudoeste-Nordeste, desaguando no Atlântico. Apresenta-se navegável por embarcação de pequeno porte em todo o seu percurso.

O rio Emboranunga nasce no limite com o município de Augusto Corrêa, ao norte de Viseu. Banha pequenos povoados, entre os quais os de Açaiteua e Braço Verde, desaguando na baía do Chum.

2.9 CLIMA

O clima do município é do tipo Am, segundo a classificação de Köppen, com temperatura superior a 18° C na época menos quente. A estação seca, bastante curta, contrasta com a alta pluviosidade anual, principalmente de janeiro a julho, onde a amplitude térmica é pouco maior que 5° C.

Apesar da falta de uma estação meteorológica, as referências sobre o clima do Município são baseadas na estação dos municípios de Tracuateua e Bragança, esta última localizada a cerca de 100 km da sede de Viseu.

3 DADOS ESTATÍSTICOS

3.1 DEMOGRAFIA

3.1.1 População, Área e Densidade Demográfica 1980/91/96-07

Anos	População (Hab.)	Área (Km²)	Densidade (Hab./Km²)
1980	57.017	8.987,00	6,34
1991	63.173	10.072,91	6,27
1996	48.557	4.980,90	9,75
1997 ⁽¹⁾	48.785	4.980,90	9,79
1998 ⁽¹⁾	48.977	4.980,90	9,83
1999 ⁽¹⁾	49.169	4.980,90	9,87
2000	51.090	4.958,70	10,26
2001 ⁽¹⁾	51.462	4.958,70	10,38
2002 ⁽¹⁾	51.806	4.958,70	10,45
2003 ⁽¹⁾	52.139	4.958,70	10,51
2004 ⁽¹⁾	52.893	4.958,70	10,67
2005 ⁽¹⁾	53.223	4.958,70	10,73
2006 ⁽¹⁾	53.606	4.958,70	10,81
2007 ⁽¹⁾	53.989	4.958,70	10,89

Fonte: IBGE

Elaboração : SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) População Estimada.

3.1.2 População Segundo Situação da Unidade Domiciliar 1980/91/96-07

Anos	Urbana	Rural
1980	9.296	47.721
1991	12.242	50.931
1996	11.983	36.574
1997 ⁽¹⁾	12.039	36.746
1998 ⁽¹⁾	12.087	36.890
1999 ⁽¹⁾	12.134	37.035
2000 ⁽²⁾	16.478	34.612
2001 ⁽¹⁾	16.598	34.864
2002 ⁽¹⁾	16.709	35.097
2003 ⁽¹⁾	16.816	35.323
2004 ⁽¹⁾	17.060	35.833
2005 ⁽¹⁾	17.166	36.057
2006 ⁽¹⁾	17.289	36.317
2007 ⁽¹⁾	17.413	36.576

Fonte: IBGE

Elaboração : SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) População Estimada; (2) No Censo 2000 o IBGE seguiu critérios próprios para definir área urbana e rural.

3.1.3 População por Sexo 1980/91/96-07

Anos	Masculino	Feminino
1980	29.592	27.425
1991	32.951	30.222
1996	25.500	23.057
1997 ⁽¹⁾	25.620	23.165
1998 ⁽¹⁾	25.721	23.256
1999 ⁽¹⁾	25.821	23.348
2000	26.884	24.206
2001 ⁽¹⁾	27.080	24.382
2002 ⁽¹⁾	27.261	24.545
2003 ⁽¹⁾	27.436	24.703
2004 ⁽¹⁾	27.833	25.060
2005 ⁽¹⁾	28.006	25.217
2006 ⁽¹⁾	28.208	25.398
2007 ⁽¹⁾	28.409	25.580

Fonte: IBGE
 Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE
 (1) População Estimada.

3.1.4 Indicadores Demográficos 1980/91/96/00

Indicadores	1980	1991	1996	2000
Razão de Sexo	107,90	109,03	110,60	111,06
Taxa de Urbanização	16,30	19,38	24,68	32,25
Razão de Dependência	111,88	112,43	110,38	...
Índice de Envelhecimento	5,40	6,62	8,05	...
Taxa de Incremento Geométrica	...	0,94	-5,13	1,28

Fonte: IBGE
 Elaboração : SEPOF/DIEPI/GEDE

3.1.5 Habitantes por Unidades Domiciliares 1996/00

Ano	População (Hab.)	Unidades Domiciliares	Habitantes / Unidades Domiciliares
1996	48.557	10.622	4,57
2000	51.090	9.327	5,48

Fonte: IBGE
 Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.1.6 Domicílios Particulares Permanentes, por Alguns Serviços e Bens Duráveis Existentes nos Domicílios 1991 / 2000

Serviços / Bens Duráveis	1991		2000	
	Nº de Domicílios	%	Nº de Domicílios	%
Total de Domicílios			9.327	-
Coleta de Lixo	157	1,36	860	9,22
Iluminação Elétrica	3.188	27,63	4.813	51,60
Linha Telefônica Instalada	-	-	147	1,58
Forno Microondas	-	-	44	0,47
Geladeira ou Freezer	564	4,89	2.174	23,31
Máquina de Lavar Roupas	19	0,16	130	1,39
Aparelho de Ar Condicionado	-	-	28	0,30
Rádio	3.454	29,94	4.095	43,90
Televisão	792	6,86	2.946	31,59
Videocassete	-	-	105	1,13
Microcomputador	-	-	34	0,36
Automóvel Uso Particular	49	0,42	177	1,90

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.
 Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.1.7 População Residente, Segundo Algumas Características 1991/2000

Características	1991		2000	
	População	%	População	%
Cor ou Raça				
Branca	6.053	9,58	10.477	20,51
Preta	1.249	1,98	1.907	3,73
Amarela	28	0,04	60	0,12
Parda	55.416	87,72	38.110	74,59
Indígena	224	0,35	112	0,22
Sem Declaração	-	-	425	0,83
Religião ⁽¹⁾				
Católica apostólica romana	54.967	87,01	42.859	83,89
Evangélicas	7.859	12,44	6.826	13,36
Espírita	-	-	-	-
Umbanda e Candomblé	3	0,00	-	-
Judaica	-	-	-	-
Religiões Orientais	-	-	-	-
Outras Religiões	-	-	248	0,49
Sem Religião	219	0,35	1.031	2,02
Não Determinadas	61	0,10	19	0,04
Estado Civil				
Casado(a)	5.574	13,58	6.723	19,13
Desquitado(a) ou separado(a) judicialmente	59	0,14	93	0,26
Divorciado(a)	-	-	21	0,06
Viúvo(a)	1.302	3,17	1.042	2,97
Solteiro(a)	18.731	45,64	27.257	77,58
Anos de Estudos⁽²⁾				
Sem Instrução e menos de 1 ano	17.244	42,02	8.824	25,11
1 a 3 anos	16.184	39,44	14.942	42,53
4 a 7 anos	6.285	15,31	8.343	23,74
8 a 10 anos	811	1,98	1.650	4,70
11 a 14 anos	486	1,18	761	2,17
15 anos ou mais	29	0,07	53	0,15
Não determinados	-	-	563	1,60
Tipo de Deficiência ^(3 e 4)				
Pelo menos uma das deficiências enumeradas	-	-	7.040	13,78
Deficiência mental permanente	-	-	980	1,92
Deficiência Física			351	0,69
Tetraplegia, paraplegia ou hemiplegia permanente.	-	-	241	68,66
Falta de membro ou de parte dele ⁽⁵⁾	-	-	110	31,34
Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de enxergar.	-	-	5.473	10,71
Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de ouvir	-	-	1.653	3,24
Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas	-	-	1.924	3,77
Nenhuma destas deficiências ⁽⁶⁾	-	-	43.580	85,30

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de religião; (2) Considerou-se a população de 10 anos ou mais; (3) As pessoas incluídas em mais de um tipo de deficiência foram contadas apenas uma vez; (4) Inclusive as pessoas sem declaração destas deficiências; (5) Falta de perna, braço, mão, pé ou dedo polegar e (6) Inclusive a população sem qualquer deficiência.

3.1.8 Indicadores de População de 10 ou Mais de Idade, Economicamente Ativa e Ocupada 1991/2000

Indicadores	1991	2000
População Residente de 10 anos ou mais	41.037	35.136
População Economicamente Ativa – PEA	17.063	15.837
População Ocupada – POC	16.656	14.232
Taxa de Atividade	41,58	45,07
Taxa de Desocupação	2,39	10,13

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.1.9 Distribuição da POC por Classe de Rendimento Nominal Mensal de Todos os Trabalhos em Salário Mínimo (1) 2000

Classe de Rendimentos	POC	%
Total da POC	14.232	-
Até 1	5.591	39,28
Mais de 1 a 2	2.568	18,04
Mais de 2 a 3	564	3,96
Mais de 3 a 5	444	3,12
Mais de 5 a 10	182	1,28
Mais de 10 a 20	105	0,74
Mais de 20	32	0,22
Sem rendimento ⁽²⁾	4.746	33,35

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) Salário mínimo utilizado: R\$ 151,00; (2) Inclusive as pessoas que receberam somente em benefício

3.1.10 Distribuição da POC por Posição na Ocupação e a Categoria no Trabalho Principal 1991/2000

Posição na Ocupação no Trabalho	1991		2000	
	POC	%	POC	%
Total POC			14.232	-
Empregados	2.717	16,31	2.783	19,55
Com carteira de trabalho assinada ⁽¹⁾	-	-	342	12,29
Militares e funcionários públicos estatutários	-	-	757	27,20
Outros sem carteira de trabalho assinada ⁽²⁾	-	-	1.683	60,47
Empregadores	74	0,44	64	0,45
Conta própria	11.655	69,97	6.695	47,04
Não remunerados em ajuda a membro do domicílio	2.207	13,25	2.511	17,64
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	-	-	2.180	15,32

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/ 2000.

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) Inclusive os trabalhadores domésticos;

(2) Inclusive os aprendizes ou estagiários sem remuneração.

3.1.11 Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, Ocupadas na Semana de Referência, por Seção de Atividade do Trabalho Principal 1991/2000

Seção	1991		2000	
	Pop. de 10 anos ou mais	%	Pop. de 10 anos ou mais	%
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração florestal e pesca	12.914	77,53	10.177	71,51
Indústria extrativa, indústria de transformação e distribuição de eletricidade, gás e água.	255	1,53	398	2,80
Construção	92	0,55	272	1,91
Comércio reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos.	-	-	1,070	7,52
Alojamento e alimentação	-	-	253	1,78
Transporte, armazenagem e comunicação.	165	0,99	154	1,08
Intermediação financeira e atividade imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas.	-	-	42	0,30
Administração pública, defesa e seguridade social.	404	2,43	497	3,49
Educação	-	-	649	4,56
Saúde e serviços sociais.	-	-	138	0,97
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais.	-	-	131	0,92
Serviços domésticos.	-	-	338	2,37
Organismos internacionais e outras instituições extraterritorial.	-	-	-	-
Atividades mal definidas	-	-	114	0,80

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.1.12 Pessoas não Naturais da Unidade da Federação que Tinham Menos de 10 Anos, Ininterruptos de Residência na Unidade da Federação 2000

Tempo Ininterruptos na Unidade da Federação	Pop. Não Naturais	%
Total de Pessoas não Naturais	910	-
Menos de 1 ano	74	8,13
1 a 2 anos	192	21,10
3 a 5 anos	363	39,89
6 a 9 anos	280	30,77

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.2 SAÚDE

3.2.1 Unidades Ambulatoriais Cadastradas no SIASUS 1999-2003

Estabelecimentos	1999	2000	2001	2002	2003 ⁽¹⁾
Posto de Saúde	6	4	5	5	5
Ambulatório de Unidade Hospitalar Geral	-	-	-	-	1
Unidade Mista	1	1	1	1	1
Unidade de Saúde da Família	-	4	3	3	3
Unidade de Vigilância Sanitária	1	1	1	1	1
TOTAL	8	10	10	10	11

Fonte: DATASUS/MS
 Elaboração: SEPOF/DIEPI/ GEDE
 Nota: atualizado em Dez/2004
 1 posição JUL/2003

3.2.2 Leitos por Habitantes 1999-2003

Leitos	1999	2000	2001	2002	2003 ⁽¹⁾
Número de Leitos	25	25	84	25	96
Leitos/ Mil Habitantes	0,51	0,49	1,63	0,48	1,84

Fonte: DATASUS/MS
 Elaboração: SEPOF/DIEPI/ GEDE
 Nota: atualizado em Dez/2004
 1 posição JUL/2003

3.2.3 Hospitais e Leitos Segundo Algumas Características 1999 - 2003

Hospitais	Hospitais					Leitos				
	1999	2000	2001	2002	2003 ¹	1999	2000	2001	2002	2003 ⁽¹⁾
POR NATUREZA										
Contratado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Municipal	1	1	1	1	1	25	25	25	25	25
Filantropico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Filantropico Isento	-	-	1	-	1	-	-	-	-	71
Universit./Pesq.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POR REGIME										
Público	1	1	1	1	1	25	25	25	25	25
Privado	-	1	-	-	1	-	-	-	-	71
Universitário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: DATASUS/MS
 Elaboração: SEPOF/DIEPI/ GEDE
 Nota: atualizado em Dez/2004
 1 posição JUL/2003

3.2.4 Nascimento por Residência da Mãe, Segundo Sexo 1996-2002

Sexo	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Masculino	201	179	411	373	444	480	460
Feminino	154	179	362	348	452	417	437

Fonte: DATASUS/MS
 Elaboração: SEPOF/DIEPI/ GEDE
 Nota: atualizado em DEZ/2004

3.2.5 Natalidade por Residência da Mãe, Segundo Peso ao Nascer 1996-2002

Peso	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Menos de 500g	-	-	-	-	-	-	-
500 a 999g	-	1	-	1	-	-	-
1.000 a 1.499g	-	2	3	-	-	2	5
1.500 a 2.499g	15	17	32	28	49	37	44
2.500 a 2.999g	66	50	114	99	161	153	139
3.000 a 3.999g	237	251	413	394	568	604	600
4.000 e mais	35	35	41	49	112	101	108
Ignorado	2	2	170	159	7	1	1
TOTAL	355	358	773	730	897	898	897

Fonte: DATASUS/MS
 Elaboração: SEPOF/DIEPI/ GEDE
 Nota: atualizado em DEZ/2004

3.2.6 Nascimento por Faixa Etária e Residência da Mãe 1996-2002

Faixa Etária da Mãe	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
10 a 14 anos	3	7	23	11	14	16	12
15 a 19 anos	101	110	207	206	255	272	248
20 a 24 anos	115	97	235	213	265	283	299
25 a 29 anos	69	62	146	138	169	145	148
30 a 34 anos	34	32	75	63	95	86	91
35 a 39 anos	25	24	51	57	68	67	63
40 a 44 anos	6	16	23	21	29	27	29
45 a 49 anos	-	2	4	1	1	2	7
50 a 54 anos	-	-	-	-	-	-	-
55 a 59 anos	-	-	-	-	-	-	-
Idade Ignorada	2	8	9	20	1	-	-
TOTAL	355	358	773	730	897	898	897

Fonte: DATASUS/MS
 Elaboração: SEPOF/DIEPI/ GEDE
 Nota: atualizado em DEZ/2004

3.2.7 Óbitos por Residência, Segundo o Sexo 1996-2002

Sexo	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Masculino	19	13	45	58	45	41	35
Feminino	8	11	15	30	18	28	26
Ignorado	-	-	-	-	1	-	-
TOTAL	27	24	60	88	64	69	61

Fonte: DATASUS/MS
 Elaboração: SEPOF/DIEPI/ GEDE
 Nota: atualizado em DEZ/2004

3.2.8 Óbitos por Residência, Segundo Faixa Etária 1996-2002

Faixa Etária da Mãe	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Menor de 1 ano	4	4	19	17	18	19	12
1 a 4 anos	3	1	9	6	5	4	1
5 a 9 anos	1	-	2	2	-	1	2
10 a 14 anos	1	1	1	1	-	1	1
15 a 19 anos	1	2	1	5	1	2	1
20 a 29 anos	2	1	4	3	2	4	2
30 a 39 anos	-	3	2	7	5	3	9
40 a 49 anos	2	1	2	11	5	7	2
50 a 59 anos	4	3	4	6	5	5	7
60 a 69 anos	6	4	7	5	5	7	10
70 a 79 anos	2	2	6	10	10	9	6
80 anos e mais	1	2	3	15	8	7	8
Ignorada	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	27	24	60	88	64	69	61

Fonte: DATASUS/MS
 Elaboração: SEPOF/DIEPI/ GEDE
 Nota: atualizado em DEZ/2004

3.2.9 Mortalidade Geral Segundo Principais Causas 1996-02

Causas	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Sistema Nervoso	-	1	-	-	-	1	-
Aparelho Circulatório	4	2	4	12	8	9	8
Aparelho Respiratório	4	4	13	3	4	3	3
Aparelho Digestivo	1	3	3	1	1	1	4
Causas Externas de Morbidade e Mortalidade	1	5	5	5	1	2	3
Gravidez, Parto e Puerpério	-	3	1	-	-	-	-
Aparelho Geniturinário	3	-	1	-	2	-	1

Fonte: DATASUS/MS
 Elaboração: SEPOF/DIEPI/ GEDE
 Nota: atualizado em DEZ/2004

3.2.10 Morbidade Hospitalar do SUS 1995-03

Anos	Internações
1995	4.450
1996	4.114
1997	2.169
1998	1.785
1999	4.142
2000	3.921
2001	2.694
2002	2.050
2003 ¹	1.963

Fonte: DATASUS/MS
 Elaboração: SEPOF/DIEPI/ GEDE
 Nota: atualizado em Dez/2004
 1 posição JUL/2003

3.2.11 Óbitos / Residência por Causas Evitáveis 1995-00

Causas	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Redutíveis por Imunoprevenção	-	-	-	1	-	1
Redutíveis por Adequado Controle na Gravidez	-	-	-	-	-	-
Redutíveis por Adequada Atenção ao Parto	-	1	1	4	-	2
Redutíveis por Ações Prev/diagn//Tratamento Precoces	4	14	11	24	20	20
Redutíveis Através de Parcerias com Outros Setores	2	5	6	16	10	12
Não Evitáveis	-	1	-	1	1	-
Mal Definidas	4	6	3	13	57	29
Não Classificadas	1	-	3	1	-	-
TOTAL	11	27	24	60	88	64

Fonte: DATASUS/MS
Elaboração: SEPOF/DIEPI/ GEDE

3.3 EDUCAÇÃO

3.3.1 Estabelecimentos por Dependência Administrativa e Grau de Ensino 1996-05

Anos/ Graus	Estabelecimentos				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
1996 Pré-Escolar	-	17	8	1	26
Ensino Fundamental	-	52	157	2	211
Ensino Médio	-	4	-	-	4
1997 Pré-Escolar	-	16	19	1	36
Ensino Fundamental	-	35	159	1	195
Ensino Médio	-	3	-	-	3
1998 Pré-Escolar	-	-	34	-	34
Ensino Fundamental	-	42	172	-	214
Ensino Médio	-	4	-	-	4
1999 Pré-Escolar	-	-	42	-	42
Ensino Fundamental	-	-	191	-	191
Ensino Médio	-	5	-	-	5
2000 Pré-Escolar	-	-	34	-	34
Ensino Fundamental	-	-	152	-	152
Ensino Médio	-	5	-	-	5
2001 Pré-Escolar	-	-	34	-	34
Ensino Fundamental	-	-	141	-	141
Ensino Médio	-	4	-	-	4
2002 Pré-Escolar	-	-	24	-	24
Ensino Fundamental	-	-	140	-	140
Ensino Médio	-	5	-	-	5
2003 Pré-Escolar	-	-	31	-	31
Ensino Fundamental	-	-	142	-	142
Ensino Médio	-	5	-	-	5
2004 Pré-Escolar	-
Ensino Fundamental	-	138	-	-	138
Ensino Médio	-	6	-	-	6
2005 Pré-Escolar	-	-	42	-	42
Ensino Fundamental	-	-	138	-	138
Ensino Médio	-	6	-	-	6

Fonte: MEC/INEP/SEDUC
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.3.2 Bibliotecas por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1999-05

Anos/ Graus	Bibliotecas				Total
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	
1999					
Ensino Fundamental	-	-	4	-	4
Ensino Médio	-	1	-	-	1
2000					
Ensino Fundamental	-	-	3	-	3
Ensino Médio	-	1	-	-	1
2001					
Ensino Fundamental	-	-	4	-	4
Ensino Médio	-	1	-	-	1
2002					
Ensino Fundamental	-	-	2	-	2
Ensino Médio	-	3	-	-	3
2003					
Ensino Fundamental	-	-	2	-	2
Ensino Médio	-	-	-	-	-
2004					
Ensino Fundamental	-	-	1	-	1
Ensino Médio	-	1	-	-	1
2005					
Ensino Fundamental	-	-	6	-	6
Ensino Médio	-	3	-	-	3

Fonte: MEC/INEP/SEDUC
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.3.3 Laboratórios de Informática por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1999-05

Anos/ Graus	Laboratórios de Informática				Total
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	
1999					
Ensino Fundamental	-	-	-	-	-
Ensino Médio	-	-	-	-	-
2000					
Ensino Fundamental	-	-	-	-	-
Ensino Médio	-	-	-	-	-
2001					
Ensino Fundamental	-	-	1	-	1
Ensino Médio	-	-	-	-	-
2002					
Ensino Fundamental	-	-	-	-	-
Ensino Médio	-	-	-	-	-
2003					
Ensino Fundamental	-	-	-	-	-
Ensino Médio	-	-	-	-	-
2004					
Ensino Fundamental	-	-	-	-	-
Ensino Médio	-	-	-	-	-
2005					
Ensino Fundamental	-	-	-	-	-
Ensino Médio	-	-	-	-	-

Fonte: MEC/INEP/SEDUC
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.3.4 Matrícula por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1996-06

Anos/ Graus	Matrícula				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
1996 Pré-Escolar	-	1.028	970	46	2.044
Ensino Fundamental	-	7.003	4.724	201	11.928
Ensino Médio	-	336	-	-	336
1997 Pré-Escolar	-	886	1.300	25	2.211
Ensino Fundamental	-	6.099	5.025	100	11.224
Ensino Médio	-	413	-	-	413
1998 Pré-Escolar	-	-	1.879	-	1.879
Ensino Fundamental	-	7.295	8.472	-	15.767
Ensino Médio	-	576	-	-	576
1999 Pré-Escolar	-	-	2.060	-	2.060
Ensino Fundamental	-	-	16.128	-	16.128
Ensino Médio	-	663	-	-	663
2000 Pré-Escolar	-	-	1.884	-	1.884
Ensino Fundamental	-	-	16.449	-	16.449
Ensino Médio	-	818	-	-	818
2001 Pré-Escolar	-	-	2.146	-	2.146
Ensino Fundamental	-	-	16.937	-	16.937
Ensino Médio	-	875	-	-	875
2002 Pré-Escolar	-	-	1.765	-	1.765
Ensino Fundamental	-	-	17.214	-	17.214
Ensino Médio	-	1.052	-	-	1.052
2003 Pré-Escolar	-	-	1.988	-	1.988
Ensino Fundamental	-	-	16.970	-	16.970
Ensino Médio	-	1.259	-	-	1.259
2004 Pré-Escolar	-	-	2.289	-	2.289
Ensino Fundamental	-	-	16.398	-	16.398
Ensino Médio	-	1.295	-	-	1.295
2005 Pré-Escolar	-	-	2.649	-	2.649
Ensino Fundamental	-	-	15.935	-	15.935
Ensino Médio	-	2.357	-	-	2.357
2006 Pré-Escolar	-	-	2.960	-	2.960
Ensino Fundamental	-	-	15.201	-	15.201
Ensino Médio	-	1.825	-	-	1.825

Fonte: MEC/INEP/SEDUC
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.3.5 Funções Docentes por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1996-05

Anos/ Graus	Funções Docentes					
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	
1996	Pré-Escolar	-	40	40	2	82
	Ensino Fundamental	-	227	235	6	468
	Ensino Médio	-	27	-	-	27
1997	Pré-Escolar	-	28	46	1	75
	Ensino Fundamental	-	154	234	3	391
	Ensino Médio	-	24	-	-	24
1998	Pré-Escolar	-	-	68	-	68
	Ensino Fundamental	-	176	312	-	488
	Ensino Médio	-	27	-	-	27
1999	Pré-Escolar	-	-	78	-	78
	Ensino Fundamental	-	-	479	-	479
	Ensino Médio	-	40	-	-	40
2000	Pré-Escolar	-	-	68	-	68
	Ensino Fundamental	-	-	487	-	487
	Ensino Médio	-	35	-	-	35
2001	Pré-Escolar	-	-	73	-	73
	Ensino Fundamental	-	-	494	-	494
	Ensino Médio	-	38	-	-	38
2002	Pré-Escolar	-	-	58	-	58
	Ensino Fundamental	-	-	499	-	499
	Ensino Médio	-	48	-	-	48
2003	Pré-Escolar	-	-	77	-	77
	Ensino Fundamental	-	-	525	-	525
	Ensino Médio	-	59	-	-	59
2004	Pré-Escolar	-	-	88	-	88
	Ensino Fundamental	-	-	517	-	517
	Ensino Médio	-	58	-	-	58
2005	Pré-Escolar	-	-	103	-	103
	Ensino Fundamental	-	-	598	-	598
	Ensino Médio	-	154	-	-	154

Fonte: MEC/INEP/SEDUC
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.3.6 Alunos Aprovados por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1996-02

Anos/Graus	Dependência Administrativa					
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	
1996	Ensino Fundamental	-	3.582	2.131	103	5.816
	Ensino Médio	-	154	-	-	154
1997	Ensino Fundamental	-	4.136	3.753	-	7.889
	Ensino Médio	-	309	-	-	309
1998	Ensino Fundamental	-	1.705	7.749	-	9.454
	Ensino Médio	-	374	-	-	374
1999	Ensino Fundamental	-	-	10.392	-	10.392
	Ensino Médio	-	567	-	-	567
2000	Ensino Fundamental	-	-	10.153	-	10.53
	Ensino Médio	-	683	-	-	683
2001	Ensino Fundamental	-	-	10.470	-	10.470
	Ensino Médio	-	612	-	-	612
2002	Ensino Fundamental	-	-	10.237	-	10.237
	Ensino Médio	-	756	-	-	756

Fonte: MEC/INEP/SEDUC
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.3.7 Alunos Reprovados por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1996-02

Anos/ Graus	Dependência Administrativa				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
1996 Ensino Fundamental	-	878	872	-	1.750
Ensino Médio	-	15	-	-	15
1997 Ensino Fundamental	-	1.086	1.575	-	2.661
Ensino Médio	-	27	-	-	27
1998 Ensino Fundamental	-	401	2.425	-	2.826
Ensino Médio	-	10	-	-	10
1999 Ensino Fundamental	-	-	2.374	-	2.374
Ensino Médio	-	25	-	-	25
2000 Ensino Fundamental	-	-	2.705	-	2.705
Ensino Médio	-	20	-	-	20
2001 Ensino Fundamental	-	-	3.692	-	3.692
Ensino Médio	-	30	-	-	30
2002 Ensino Fundamental	-	-	3.852	-	3.852
Ensino Médio	-	35	-	-	35

Fonte: MEC/INEP/SEDUC
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.3.8 Alunos Evadidos por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1996-02

Anos/Graus	Dependência Administrativa				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
1996 Ensino Fundamental	-	695	677	-	1.372
Ensino Médio	-	128	-	-	128
1997 Ensino Fundamental	-	766	1.449	-	2.215
Ensino Médio	-	90	-	-	90
1998 Ensino Fundamental	-	420	2.246	-	2.666
Ensino Médio	-	114	-	-	114
1999 Ensino Fundamental	-	-	2.985	-	2.985
Ensino Médio	-	75	-	-	75
2000 Ensino Fundamental	-	-	3.092	-	3.092
Ensino Médio	-	119	-	-	119
2001 Ensino Fundamental	-	-	2.868	-	2.868
Ensino Médio	-	204	-	-	204
2002 Ensino Fundamental	-	-	3.365	-	3.365
Ensino Médio	-	235	-	-	235

Fonte: MEC/INEP/SEDUC
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.4 EMPREGO

3.4.1 Número de Estabelecimentos com Vínculos Empregatícios Segundo Setor de Atividade Econômica do Cadastro RAIS 1999-2003

SETOR DE ATIVIDADE	1999	2000	2001	2002	2003
Extrativa Mineral	-	-	-	-	-
Indústria de Transformação	1	2	4	2	1
Serviços Industriais de Utilidade Pública	2	2	2	2	3
Construção Civil	-	-	-	-	1
Comércio	3	3	4	6	5
Serviços	2	6	6	6	8
Administração Pública	1	1	1	1	2
Agropecuária	2	5	3	3	6
Outros / Ignorados	-	-	-	-	-
TOTAL	11	19	20	20	26

Fonte: MTB/RAIS
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.4.2 Estoque de Emprego Segundo Setor de Atividade Econômica 1999-2003

SETOR DE ATIVIDADE	1999	2000	2001	2002	2003
Extrativa Mineral	-	-	-	-	-
Indústria de Transformação	15	18	31	6	6
Serviços Industriais de Utilidade Pública	13	9	11	11	7
Construção Civil	-	-	-	-	10
Comércio	3	6	7	36	29
Serviços	2	54	62	50	55
Administração Pública	717	1.016	1.081	1.296	1.377
Agropecuária	5	7	5	5	18
Outros / Ignorados	-	-	-	-	-
TOTAL	755	1.110	1.197	1.404	1.502

Fonte: MTB/RAIS
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.5 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

3.5.1 Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – 1970/1980/1991/2000

IDH	Anos			
	1970	1980	1991	2000
IDH – M	0,307	0,399	0,396	0,606
IDH – M Longevidade	0,372	0,498	0,541	0,685
IDH – M Educação	0,361	0,392	0,440	0,683
IDH – M Renda	0,187	0,306	0,208	0,448

Fonte: PNUD/IPEA/FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.6 POLÍTICO ELEITORAL

3.6.1 Eleitores e Seção Eleitoral 1996/98/00/02/04/06

Anos	Seções	Eleitores
1996	112	27.305
1998	113	28.735
2000	115	31.102
2002	119	29.587
2004	...	31.503
2006	...	32.538

Fonte: TRE
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.6.2 Eleitores por Sexo 1996/98/00/02

Sexo	1996	1998	2000	2002
Feminino	12.140	12.814	14.015	13.526
Masculino	15.063	15.822	16.991	15.980
Não Informou	102	99	96	77

Fonte: TRE
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.7 ENERGIA ELÉTRICA

3.7.1 Consumidores e Consumo de Energia Elétrica por Classe 1995-03

Anos/Classe	Consumidores	Consumo (Kw/h)
1995		
Residencial	1.188	883.677
Comercial	77	134.707
Industrial	-	-
Outros
Total
1996		
Residencial	1.298	961.072
Comercial	85	127.792
Industrial	-	-
Outros	30	236.231
Total	1.413	1.325.095
1997		
Residencial	1.390	1.184.723
Comercial	82	123.074
Industrial	-	-
Outros	32	281.125
Total	1.504	1.588.922
1998		
Residencial	1.677	1.191.674
Comercial	84	...
Industrial	-	...
Outros	33	...
Total	1.794	1.675.123
1999		
Residencial	1.724	1.511.383
Comercial	89	208.858
Industrial	6	45.886
Outros	47	410.833
Total	1.866	2.176.960
2000		
Residencial	3.446	2.159.292
Comercial	178	354.358
Industrial	7	238.182
Outros	69	832.461
Total	3.700	3.584.293
2001		
Residencial	4.156	2.813.363
Comercial	236	484.315
Industrial	10	266.209
Outros	96	1.219.390
Total	4.498	4.783.277
2002		
Residencial	4.781	3.330.253
Comercial	257	537.127
Industrial	19	242.485
Outros	122	1.540.308
Total	5.179	5.650.173
2003		
Residencial	5.090	3.746.771
Comercial	281	557.579
Industrial	21	409.691
Outros	133	1.854.535
Total	5.525	6.568.576

3.7.2 Consumidores e Consumo de Energia Elétrica por Classe 2004-06

Anos/Classe	Consumidores	Consumo (Kw/h)
2004		
Residencial	5.756	4.048.910
Industrial	21	329.247
Comercial	306	657.077
Outros	145	1.848.201
Total	6.228	6.883.435
2005		
Residencial	5.985	4.562.465
Industrial	20	418.990
Comercial	320	672.053
Outros	156	2.229.778
Total	6.481	7.883.286
2006		
Residencial	6.240	4.899.015
Comercial	327	698.864
Industrial	21	547.299
Outros	1.290	2.397.991
Total	7.878	8.543.169

Fonte: CELPA/ REDE CELPA
 Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.8 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

3.8.1 Consumidores e Consumo de Água por Classe 1995-05

Anos/Classe	Consumidores (Economias)	Consumo (Volume faturado em m³)
1995		
Residencial	385	71.475
Comercial	-	90
Industrial	-	-
1996		
Residencial	381	73.580
Comercial	-	-
Industrial	-	-
1997		
Residencial	911	75.635
Comercial	7	-
Industrial	1	-
1998		
Residencial	824	62.370
Comercial	7	-
Industrial	1	-
1999		
Residencial	1.205	53.275
Comercial	4	180
Industrial	-	-
2000		
Residencial	1.205	73.168
Comercial	4	300
Industrial	-	-
2001		
Residencial	910	42.151
Comercial	6	704
Industrial	-	-
2002		
Residencial	996	69.305
Comercial	6	300
Industrial	-	-
Público	28	4.287
2003		
Residencial	1.196	95.914
Comercial	7	300
Industrial	-	-
Público	30	4.860
2004		
Residencial	1.201	62.227
Comercial	7	135
Industrial	-	-
Público	31	4.060
2005		
Residencial	1.057	10.932
Comercial	2	20
Industrial	-	-
Público	22	418

Fonte: COSANPA
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.9 COMUNICAÇÃO

3.9.1 Terminais Instalados e Postos de Serviços 1995-02

Ano	Terminais Instalados	Telefone de Uso Público
1995 ⁽¹⁾	-	2
1996 ⁽¹⁾	-	2
1997 ⁽¹⁾	-	3
1998 ⁽¹⁾	168	1
1999	196	...
2000	214	...
2001	2.280	...
2002	2.280	...

Fonte: TELEPARÁ/TELEMAR/AMAZÔNIA CELULAR

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) No período de 1995 a 1998, era denominado Postos de Serviços, em seguida passou a denominar-se Telefone de Uso Público

3.9.2 Emissoras de Rádio, Televisão e Repetidoras 1995-99/02

Anos	Rádio	Televisão	Repetidora
1995	-	-	2
1996
1997	-	-	2
1998	-	-	3
1999	-	-	3
2001	-	-	2
2002	-	-	2

Fonte : DENTEL

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.9.3 Agências e Postos dos Correios 1997-02

Anos	Agências(1)	Postos	Caixa de Coleta	Total
1997	6	-	...	6
1998	5	-	1	6
1999	5	-	1	6
2000	5	-	2	7
2001	4	-	2	6
2002	5	-	3	8

Fonte: EBCT

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) Incluído Agências Franqueadas

3.9.4 Volume de Correspondência dos Correios e Telégrafos 1999-00

Serviços	1999	2000
Carta e Impresso Registrado	5.720	4.116
Vale Postal Nacional	29	1.284
Encomenda Normal	2	24
Sedex	5.044	421
Objeto Simples Recebido	4.014	4.722

Fonte: EBCT

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.9.5 Volume de Correspondência dos Correios e Telégrafos 2002

Serviços	2002
Impressos Simples/Registrado	88.599
Sedex	1.623
Malote	1.294
Telegrama	351
SEED C/C	8.226
TOTAL	100.093

Fonte: EBCT

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

Nota: Nova classificação de serviços utilizada pelas Empresas de Correios a partir de 2002, incluindo distribuição de entradas e saídas.

3.10 TRANSPORTE

3.10.1 Veículos por Tipo 1995-05

Tipo	1995	1996	1997	1998	1999	2000 (1)	2001	2002	2003	2004	2005
Motoneta	-	-	-	-	-	-	3	11	17	24	32
Motocicleta	4	5	...	14	36	49	67	127	180	212	256
Automóvel	3	8	...	15	26	25	34	42	46	52	68
Microônibus	-	-	...	1	1	4	2	3	4	3	3
Ônibus	1	2	...	3	8	10	10	10	11	16	14
Camioneta	2	9	...	10	15	17	16	21	24	15	14
Caminhão	3	4	...	4	7	8	14	20	19	22	29
Caminhonete	-	-	...	-	-	1	2	2	6	13	17
TOTAL	13	28	...	47	93	114	148	236	307	357	433

Fonte: DETRAN

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) Para o ano 2000 foram considerados apenas veículos circulantes e com cadastro no sistema RENAAM (placas 3 letras)

3.10.2 Veículos Licenciados e não Licenciados 1995-05

Anos	Licenciados	Não Licenciados	Total
1995	11	3	14
1996	14	14	28
1997
1998	24	23	47
1999	70	21	91
2000	85	29	114
2001	104	44	148
2002	173	63	236
2003	179	128	307
2004	192	165	357
2005	245	188	433

Fonte: DETRAN

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.10.3 Carteiras de Habilitação Expedidas 1995-05

Anos	Carteira de Habilitação
1995	12
1996	28
1997	92
1998	49
1999	30
2000	
Masculino	96
Feminino	9
2001	
Masculino	52
Feminino	3
2002	
Masculino	63
Feminino	1
2003	
Masculino	56
Feminino	1
2004	
Masculino	273
Feminino	14
2005	
Masculino	17
Feminino	1

Fonte: DETRAN

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.10.4 Fluxo de Passageiros por Terminal Rodoviário Intermunicipal 1995-03

Anos	Intermunicipal
CAPACIDADE DE PASSAGEIROS	50
ITINERÁRIO	
Federal	BR 316
Estadual	PA 242
PASSAGEIROS	
1995	
Embarque	22.710
Desembarque	17.940
1996	
Embarque	20.495
Desembarque	13.614
1997	
Embarque	16.216
Desembarque	11.068
1998	
Embarque	10.898
Desembarque	9.590
1999	
Embarque	23.311
Desembarque	21.020
2000	
Embarque	18.185
Desembarque	14.689
2001	
Embarque	19.661
Desembarque	17.234
2002	
Embarque	12.003
Desembarque	10.018
2003	
Embarque	10.715
Desembarque	1.607

Fonte: FTERPA

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

Obs: A SINART passou a administrar o Terminal Rodoviário de Belém e as Estações Rodoviárias do Interior a partir de maio/2003

3.11 PRODUTO INTERNO BRUTO MUNICIPAL

3.11.1 Composição do Produto Interno Bruto a Preço de Mercado Corrente 1997-2004 (R\$ Mil)

Ano	Valor Adicionado bruto a preço básico corrente (+)	Serviços de intermediação financeira indiretamente medidos (-)	Impostos sobre produtos, líquidos de subsídios. (+)	Produto interno bruto a preço de mercado corrente
1997	53.010	83	783	53.710
1998	48.843	27	834	49.649
1999	50.371	21	1.056	51.406
2000	56.006	29	1.821	57.798
2001	63.910	53	1.725	65.583
2002	75.247	-	1.639	76.886
2003	87.896	97	1.574	89.372
2004	91.712	128	1.065	92.650

Fonte: IBGE – SEPOF / DIEPI / GERES
Elaboração: SEPOF / DIEPI / GERES

3.11.2 Valor Adicionado Bruto a Preço Básico Corrente por Setor 1997-2004 (R\$ Mil)

Ano	Agropecuário	Indústria	Serviços	V.A
1997	21.315	6.158	25.537	53.010
1998	19.030	3.221	26.591	48.843
1999	19.871	2.875	27.625	50.371
2000	19.762	2.222	34.021	56.006
2001	22.963	3.266	37.681	63.910
2002	25.303	4.804	45.140	75.247
2003	29.761	5.468	52.667	87.896
2004	29.029	4.152	58.531	91.712

Fonte: IBGE – SEPOF / DIEPI / GERES
Elaboração: SEPOF / DIEPI / GERES

3.11.3 Produto Interno Bruto Per Capta a Preço de Mercado Corrente - 1997-2004

Ano	PIB			PIB PERCAPITA	
	Valor (R\$ Mil)	Participação	Ranking no Estado	Valor (R\$)	Ranking no Estado
1997	53.709,80	0,36	50	1.100,95	116
1998	49.648,86	0,32	59	983,52	132
1999	51.406,48	0,31	64	1.008,35	132
2000	57.797,86	0,31	61	1.125,39	127
2001	65.582,96	0,30	60	1.267,65	123
2002	76.886,11	0,30	65	1.475,20	124
2003	89.372,01	0,31	62	1.703,85	122
2004	92.649,59	0,27	64	1.751,64	123

Fonte: IBGE – SEPOF / DIEPI / GERES
Elaboração: SEPOF / DIEPI / GERES

3.12 AGRICULTURA

3.12.1 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Temporárias 1994-96

Produtos	Área Colhida (ha)			Quantidade Produzida (t)			Valor (Mil Reais)		
	1994	1995	1996	1994	1995	1996	1994	1995	1996
Arroz (em casca)	320	445	420	626	754	726	143	184	145
Feijão (em grão)	400	270	520	360	194	468	187	113	234
Fumo (em grão)	12	15	15	5	8	8	6	18	25
Malva (fibra)	200	120	190	100	60	95	25	16	28
Mandioca	8.000	8.200	8.300	80.000	82.000	83.000	3.920	5.576	3.320
Milho (em grão)	1.100	1.300	1.500	660	780	900	118	156	180

Fonte: IBGE/PAM
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.12.2 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Temporárias 1997-00

Produtos	Área Colhida (ha)				Quantidade Produzida (t)				Valor (Mil Reais)			
	1997	1998	1999	2000	1997	1998	1999	2000	1997	1998	1999	2000
Amendoim (em casca)	-	-	26	-	-	-	44	-	-	-	26	-
Arroz (em casca)	410	210	180	200	449	171	204	240	74	34	37	50
Feijão (em grão)	520	760	1.200	900	468	684	1.080	720	294	752	540	410
Fumo (em folha)	15	10	8	10	5	4	4	5	16	10	10	14
Malva (fibra)	50	40	70	66	25	20	35	33	8	7	12	10
Mandioca	8.400	5.450	5.000	5.100	84.000	54.500	50.000	51.000	2.100	1.907	1.750	1.938
Milho (em grão)	1.150	650	1.300	1.350	690	390	780	810	138	85	168	203

Fonte: IBGE/PAM
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.12.3 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Temporárias 2001-2002

Produtos	Área Colhida (ha)		Quant. Produzida (tonelada)		Valor (mil reais)	
	2001	2002	2001	2002	2001	2002
Arroz (em casca)	190	200	234	240	49	72
Feijão (em grão)	920	1.400	690	1.260	621	1.386
Fumo (em folha)	6	10	3	5	9	29
Malva (fibra)	80	100	40	70	36	49
Mandioca	5.500	4.275	57.530	42.750	3.452	2.779
Milho (em grão)	1.380	1.400	828	840	207	235

Fonte: IBGE/PAM
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.12.4 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Temporárias 2003-2005

Produtos	Área Colhida (ha)			Quant. Produzida (tonelada)			Valor (mil reais)		
	2003	2004	2005	2003	2004	2005	2003	2004	2005
Arroz (em casca)	230	210	200	378	390	408	140	148	118
Feijão (em grão)	1.600	1.350	1.200	1.364	1.224	975	1.350	1.383	1.248
Fumo (em folha)	10	8	8	5	4	4	23	18	23
Malva (fibra)	120	120	120	84	72	84	67	50	101
Mandioca	4.700	4.700	5.000	63.450	63.450	67.500	5.393	5.076	6.075
Milho (em grão)	1.400	1.400	1.200	840	840	648	286	294	194

Fonte: IBGE/PAM
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.12.5 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Permanentes 1994-96

Produtos	Área Colhida (ha)			Quant. Produzida (mil frutos)			Valor (mil reais)		
	1994	1995	1996	1994	1995	1996	1994	1995	1996
Banana ⁽²⁾	320	340	390	1.056	748	858	1.584	1.496	1.716
Cacau (em amêndoa) ⁽¹⁾	7	7	7	1	1	1	0	0	0
Coco-da-Baia	96	96	105	576	576	630	230	230	189
Laranja	33	63	93	2.747	5.244	7.742	82	104	154
Maracujá	50	80	80	5.280	4.244	4.224	158	148	84
Pimenta-do-Reino ⁽¹⁾	60	50	50	144	120	120	216	192	210

Fonte: IBGE/PAM

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) – Quantidade produzida em toneladas;

(2) – Quantidade produzida em mil cachos

3.12.6 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Permanentes 1997-00

Produtos	Área Colhida (ha)				Quant. Produzida (mil frutos)				Valor (mil reais)			
	1997	1998	1999	2000	1997	1998	1999	2000	1997	1998	1999	2000
Banana ⁽²⁾	235	200	190	160	517	440	418	352	775	1.100	836	282
Castanha de Caju ⁽¹⁾	36	36	36	36	18	18	18	18	3	9	9	9
Coco-da-Baia	90	57	60	69	540	342	360	414	162	102	81	83
Laranja	140	140	99	98	11.655	10.010	7.078	7.056	116	200	106	353
Maracujá	4	4	15	5	216	216	810	160	5	5	28	22
Pimenta-do-Reino ⁽¹⁾	13	8	8	8	31	19	19	19	139	76	146	67

Fonte: IBGE/PAM

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) – Quantidade produzida em toneladas;

(2) – Quantidade produzida em mil cachos

3.12.7 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Permanentes 2001-2002

Produtos	Área Colhida (ha)		Quant. Produzida (tonelada)		Valor (mil reais)	
	2001	2002	2001	2002	2001	2002
Banana	160	160	3.520	3.520	880	915
Castanha de Caju	36	36	18	18	7	12
Coco-da-Baia ⁽¹⁾	69	102	414	612	62	122
Laranja	90	90	1.080	1.080	130	130
Maracujá	5	9	20	36	8	29
Pimenta-do-Reino	12	17	29	41	73	205

Fonte: IBGE/PAM

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) – Quantidade Produzida em Mil Frutos

Nota (1): A partir do ano 2002 a quantidade produzida do café em coco (tonelada) passou a ser expressa em café em grão (tonelada).

Nota (2): A partir do ano de 2001, as quantidades produzidas dos produtos abacate, banana, caqui, figo, goiaba, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, pêra, pêssego e tangerina passaram a ser expressas em toneladas (t).

3.12.8 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Permanentes 2003-2005

Produtos	Área Colhida (ha)			Quant. Produzida (tonelada)			Valor (mil reais)		
	2003	2004	2005	2003	2004	2005	2003	2004	2005
Banana	160	260	310	3.520	5.720	6.820	1.126	1.888	2.319
Castanha de Caju	36	36	36	18	18	18	8	13	13
Coco-da-Baia ⁽¹⁾	159	159	187	954	954	1.122	200	219	269
Laranja	90	80	80	1.080	960	960	140	96	106
Maracujá	13	16	16	52	64	64	31	42	49
Pimenta-do-Reino	17	58	58	41	112	112	115	291	291

Fonte: IBGE/PAM

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) – Quantidade Produzida em Mil Frutos

3.13 PECUÁRIA

3.13.1 Principais Rebanhos Existentes 1994-00

Rebanhos	Efetivo						
	1994	1995	1996 ⁽¹⁾	1997	1998	1999	2000
Bovinos	25.000	30.000	39.668	41.300	38.500	36.000	34.500
Suínos	10.720	10.500	9.591	8.700	8.830	9.000	8.500
Bubalinos	2.500	2.500	1.052	1.200	1.030	1.050	700
Equínos	1.000	1.200	1.218	1.250	1.220	1.220	1.250
Asinino	80	80	496	480	510	510	600
Muare	305	360	1.352	1.340	1.380	1.500	1.500
Ovinos	2.000	2.000	1.237	1.350	1.150	1.100	1.100
Caprinos	550	550	534	560	525	500	600
Galinhas	49.200	49.500	...	34.800	33.900	32.600	31.000
Galos, Frangos, Frangos e Pintos	115.600	115.800	93.000	61.000	59.600	57.800	61.000
Vacas Ordenhadas	1.000	1.000	...	2.200	2.190	1.950	1.850

Fonte: IBGE/PPM

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) - Valores retirados do Censo Agropecuário 1996 o item galinhas, para o ano de 1996 está agrupado ao item Galos, Frangos, Frangos e Pintos

3.13.2 Principais Rebanhos Existentes 2001-2005

Rebanhos	Efetivo				
	2001	2002	2003	2004	2005
Bovinos	34.800	35.300	45.000	43.500	41.981
Suínos	8.600	8.720	8.400	8.830	8.360
Bubalinos	1.100	1.500	2.500	1.600	1.783
Equínos	1.300	1.450	1.500	1.600	1.500
Asininos	600	450	400	380	350
Muare	1.500	1.500	1.400	1.500	1.400
Ovinos	1.500	1.600	1.200	1.100	1.150
Caprinos	600	630	500	550	600
Galinhas	30.500	29.500	28.000	28.200	27.500
Galos, Frangos, Frangos e Pintos	61.300	62.000	63.500	64.000	64.600
Vacas Ordenhadas	1.850	1.900	1.910	1.780	1.750

Fonte: IBGE/PPM

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.13.3 Quantidade e Valor dos Produtos de Origem Animal 1994-96

Produtos	Quantidade Produzida			Valor (mil reais)		
	1994	1995	1996 ⁽¹⁾	1994	1995	1996 ⁽¹⁾
Leite de Vaca (Mil litros)	450	450	...	203	225	...
Ovos de Galinha (Mil dúzias)	148	149	109	100	134	...
Ovos de Codorna (Mil dúzias)	-	-	1	-	-	...
Mel de Abelha (Kg)	5.100	4.000	3.500	13	10	9

Fonte: IBGE/PPM

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) - Valores retirados do Censo Agropecuário 1996

3.13.4 Quantidade e Valor dos Produtos de Origem Animal 1997-00

Produtos	Quantidade Produzida				Valor (mil reais)			
	1997	1998	1999	2000	1997	1998	1999	2000
Leite de Vaca (Mil litros)	925	921	819	796	740	552	532	477
Ovos de Galinha (Mil dúzias)	103	102	98	93	124	122	117	167
Mel de Abelha (Kg)	3.500	5.200	4.700	7.000	9	15	...	17

Fonte: IBGE/PPM

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.13.5 Quantidade e Valor dos Produtos de Origem Animal 2001-05

Produtos	Quantidade Produzida					Valor (mil reais)				
	2001	2002	2003	2004	2005	2001	2002	2003	2004	2005
Leite de Vaca (Mil litros)	796	450	802	748	709	477	479	802
Ovos de Galinha (Mil dúzias)	92	148	84	85	92	165	191	252
Mel de Abelha (Kg)	6.800	4.000	10.000	40.000	20.000	20	19	40

Fonte: IBGE/PPM
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.14 EXTRATIVISMO VEGETAL

3.14.1 Quantidade e Valor dos Produtos da Extração Vegetal 1994-96

Produtos	Quantidade Produzida (t)			Valor (mil reais)		
	1994	1995	1996	1994	1995	1996
FIBRAS						
Buriti	1	1	1	1	0	0
ALIMENTÍCIOS						
Açaí (fruto)	250	253	245	50	51	61
Castanha de Caju	41	41	41	10	10	8
MADEIRAS						
Carvão Vegetal	194	193	180	39	39	36
Lenha (m ³)	58.000	58.500	55.000	157	176	358
Madeira em Tora (m ³)	28.000	27.500	25.000	840	1.045	1.250

Fonte: IBGE/PEVS
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.14.2 Quantidade e Valor dos Produtos da Extração Vegetal 1997-00

Produtos	Quantidade Produzida (t)				Valor (mil reais)			
	1997	1998	1999	2000	1997	1998	1999	2000
FIBRAS								
Buriti	1	0	1	1	0	0	1	...
ALIMENTÍCIOS								
Açaí (fruto)	131	110	90	92	20	20	19	...
MADEIRAS								
Carvão Vegetal	125	131	134	135	31	33	38	...
Lenha (m ³)	48.140	51.500	52.150	53.000	144	206	209	...
Madeira em Tora (m ³)	10.000	8.900	8.500	9.000	250	223	255	...

Fonte: IBGE/PEVS
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.14.3 Quantidade e Valor dos Produtos da Extração Vegetal 2001-2005

Produtos	Quantidade Produzida (t)					Valor (mil reais)				
	2001	2002	2003	2004	2005	2001	2002	2003	2004	2005
ALIMENTÍCIOS										
Açaí (fruto)	90	88	85	85	85	23	30	31	31	37
FIBRAS										
Buriti	1	1	1	1	1	1	2	2	2	3
MADEIRAS										
Carvão Vegetal	133	132	133	133	130	37	37	40	40	39
Lenha (m ³)	52.000	51.000	51.500	51.500	51.500	520	240	283	283	335
Madeira em Tora (m ³)	9.500	9.400	9.000	9.000	5.800	589	658	810	810	296

Fonte: IBGE
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.15 EXTRAÇÃO MINERAL

3.15.1 Reservas Minerais (1) 1996-1999

103 T

Bem Mineral	1996		1997		1998		1999		2000	
	Reserva Total	Pará/ Brasil %	Reserva Total	Pará/ Brasil %	Reserva Total	Pará/ Brasil %	Reserva Total	Pará/ Brasil %	Reserva Total	Pará/ Brasil %
Argila 10 ³ t	-	-	-	-	381	0,01	381	0,01	364	1,81
Ferro	-	-	-	-	1.842	0,003	1.842	0,003	1.798	27,7
Ouro ²	8.627	0,51	8.627	0,51	8.785	0,38	8.785	0,38	8.785	32,2

Fonte: DNPM/SEICOM

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

(1)- medida + indicada + inferida; 2 - kg de ouro contido na reserva medida

3.15.2 Distribuição das Ocorrências de Gemas e Rochas Ornamentais 1996-1999

Gemas	1996 (%.1)	1997 (%.1)	1998 (%.1)	1999 (%.1)
Cristal de Rocha, Diamante e Ardósia	0,5	0,5	1,5	1,5

Fonte: DNPM/SEICOM

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) - Percentual sobre o total do Brasil

3.16 ESTABELECIMENTOS

3.16.1 Estabelecimentos, por Setor Econômico 2001

Setor Econômico	2001
Primário	26
Indústria	39
Comércio Atacadista	15
Comércio Varejista	224
Serviços	14
TOTAL	318

Fonte: SEICOM

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.16.2 Cooperativas Cadastradas na Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB 2003

Classes	2003
Produção	1
TOTAL	1

Fonte: Organizações das Cooperativas Brasileiras - OCB

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.17 FINANÇAS PÚBLICAS

3.17.1 Receitas Municipais 1998-01

R\$1,00 (Valores Nominais)

Receitas Municipais	1998	1999	2000	2001
Receita Corrente	8.502.914,38	9.651.904,07	14.111.451,83	12.249.646,43
Receita Tributária	17.757,90	31.982,77	36.078,08	124.569,94
Impostos	5.775,20	12.058,31	20.541,91	94.150,23
IPTU	1.654,42	26,00	1.244,51	36.709,14
ISS	1.599,18	10.784,61	18.600,99	51.414,81
ITBI	2.521,60	1.247,70	696,41	6.026,28
Taxas	11.982,70	19.924,46	15.536,17	30.419,71
Outras Receitas Próprias	409.112	1.190.390	118.961	-
Receitas Transferidas	8.076.044,43	8.429.531,07	13.956.412,72	12.067.703,19

Fonte: TCU
Elaboração e Cálculo: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.17.2 Receitas Municipais 2002-05

R\$1,00 (Valores Nominais)

Receitas Municipais	2002	2003	2004	2005
Receita Corrente	15.335.531,09	-	...	28.171.818,48
Receita Tributária	95.661,12	-	...	298.256,44
Impostos	70.462,71	-	...	276.507,25
IPTU	-	-	...	0,00
ISSQN (1)	66.556,13	-	...	142.438,42
ITBI	3.906,58	-	...	1.503,49
IRRF	-	-	...	132.565,34
Taxas	25.198,41	-	...	21.749,19
Outras Receitas Próprias	18.069,15	-	...	0,00
Receitas Transferidas	5.562.201,26	-	...	27.873.562,04

Fonte: TCU
Elaboração e Cálculo: SEPOF/DIEPI/GEDE
(1) Até o ano de 2001 a sigla desse imposto era ISS.
Nota: O total da Receita Própria equivale a soma da Receita Tributária e Outras Receitas Próprias.

3.17.3 Transferências Constitucionais do ICMS, FPM, IPI, FUNDEF e IPVA 1995-06

(R\$ 1,00)

Anos	Transferência do ICMS ⁽¹⁾	Transferência do FPM ⁽¹⁾	Transferência do IPI ⁽¹⁾	Transferência do FUNDEF	Transferência do IPVA	Total
1995	318.022,71	3.467.959,67	26.215,68	-	-	3.512.198,06
1996	369.016,57	3.923.436,43	33.013,63	-	609,69	4.326.076,32
1997	335.165,13	3.914.869,79	38.181,92	629.306,57	2.037,72	4.919.561,13
1998	342.586,84	4.770.340,14	35.251,45	1.575.094,46	3.817,43	6.727.090,32
1999	383.859,93	5.297.719,43	33.027,36	3.714.491,83	3.829,26	9.432.926,81
2000	553.990,00	4.254.952,00	42.406,00	5.415.931,00	4.100,00	10.271.379,00
2001	650.283,91	5.024.980,26	43.841,79	6.160.077,67	5.790,91	11.884.974,54
2002	767.361,44	6.246.546,10	40.223,18	7.276.303,67	7.951,37	14.338.385,77
2003	952.408,54	6.251.214,75	33.468,71	8.205.941,23	12.153,96	15.455.187,19
2004	1.126.533,21	6.629.403,50	37.608,74	8.111.059,44	12.035,95	15.916.640,84
2005	1.333.673,57	7.894.426,54	42.474,08	10.857.317,43	11.962,82	20.139.854,44
2006	1.399.569,74	8.419.555,07	51.151,86	11.766.686,77	13.131,73	21.650.095,17

Fonte: SEFA/TCU/SEDUC/STN
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE
Nota: Valores Nominais
(1) - Menos 15% do FUNDEF

3.17.4 Arrecadação Federal 1995-06

(R\$ 1,00)

Anos	IRPJ	IRPF	IOF	PIS/PASEP	ITR	Outras Receitas	Total
1995	560,00	10.621,00	3.322,00	-	4.628,00	11.333,00	30.464,00
1996	490,00	13.606,00	-	7.137,00	4.455,00	39.230,00	64.918,00
1997	455,00	1.758,00	-	4.760,00	5.669,00	12.305,00	24.947,00
1998	2.074,00	2.277,00	-	6.779,00	5.936,00	23.786,00	40.852,00
1999	3.008,00	521,00	-	7.919,00	12.754,00	40.126,00	64.328,00
2000	4.272,00	994,00	-	6.630,00	8.435,00	51.594,00	71.925,00
2001	9.784,00	1.472,00	-	9.004,00	7.749,00	98.732,00	126.741,00
2002	-	-	-	23.747,00	6.685,00	103.361,00	133.793,00
2003	2.701,00	4.308,00	-	74.368,00	4.727,00	76.124,00	162.228,00
2004	657,00	2.716,00	0,00	81.297,00	3.334,00	15.222,00	103.226,00
2005	31.739,10	3.927,62	0,00	78.993,86	3.557,01	84.284,56	202.502,15
2006	627,85	13.131,33	0,00	96.419,07	10.999,76	47.040,55	168.218,56

Fonte: RECEITA FEDERAL
 Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE
 Nota: Valores Nominais

3.18 INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS

3.18.1 Número de Agências Bancárias, Aplicações, Depósitos e Poupança no Estado do Pará 1994-2005
(R\$ 1,00)

Anos	Agências	Aplicações	Depósitos			Poupança
			À vista (Gov)	À vista (Priv.)	À prazo	
1994	-	368.340	119.672	47.273	903	74.113
1995	1	228.247	7.385	86.924	-	-
1996	1	356.373	74.201	62.387	-	-
1997	1	546.138	375.888	128.567	-	-
1998	1	242.953	26.617	77.814	-	-
1999	1	184.378	20.442	90.674	-	-
2000	1	240.453	75.297	137.661	-	-
2001	1	269.174	92.965	108.056	-	174.478
2002	1	343.195	10.595	208.349	-	205.999
2003	1	261.989	215.657	225.265	-	355.885
2004	1	360.635	429.201	211.518	61	533.172
2005	1	342.986	51.458	200.944	-	637.814

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL
 Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE
 Nota: Valores Nominais

NOTA TÉCNICA

Simbologias Adotadas

(...) – Informações não disponíveis

(-) – O Município não possui a variável destacada

(0) – O Município possui a variável destacada, no entanto não atinge a unidade trabalhada

Demografia

– Trabalhou-se com os “números” oficiais do IBGE (Órgão Fonte). Entre os períodos censitários utilizou-se estimativa de população, divulgado em cada 30/06 do ano corrente. Para definir as populações Urbana e Rural, e por Sexo, a SEPOF/DIEPI adota a mesma participação do ano censitário.

Saúde

– Segundo a Secretaria de Saúde – SESPA, devido à dimensão do Estado o registro de óbitos torna-se, em alguns municípios, retardatário. Desta forma, na medida em que os registros vão ocorrendo, os mesmos são atualizados em seus respectivos anos.

Energia

– Devido a problemas no Sistema da Rede Celpa, no ano de 1998, não foi possível desmembrar suas estatísticas por classe, exceto a residencial.

Transporte

– Segundo informações, cuja Fonte, é o DETRAN, as estatísticas referentes a veículos por tipo e veículos licenciados, eram trabalhadas em setores/programas diferentes, os quais não tinham nenhuma correlação. Devido ao fato, na maioria das vezes, os totais das características destacadas divergem entre si, o que não ocorrerá mais a partir do ano de 2000, pois o mesmo está trabalhando as características em um mesmo programa.

Pecuária

– No ano de 1996, o IBGE não realizou a Pesquisa de Pecuária Municipal – PPM, devido à realização do Censo Agropecuário, entretanto é importante destacar que o período de coleta do Censo (agosto/95 a julho/96), não é o mesmo utilizado na pesquisa (janeiro a dezembro/ano).

Finanças Públicas

– Estatísticas, cuja fonte, é a SEFA, são utilizadas conforme os estabelecimentos vão efetuando os Pagamentos atrasados, sendo assim, relatórios gerados da mesma variável, em datas diferentes, podem ter divergências dentro de um mesmo ano.

– As Estatísticas da Receita Própria e Arrecadação Municipal são retiradas do Balanço de cada Município, logo para os anos que o município não entrega seu balanço ao TCM, as informações não estarão disponíveis.

Lúcia Cristina de Andrade

Diretoria de Estudos, Pesquisa e Informações Socioeconômicas.

GLOSSÁRIO

FISIOGRAFIA

Ano de Criação – Significa o ano no qual o distrito foi criado legalmente através da Lei de Criação, Decreto ou Ordem, com memorial descritivo, diferente, portanto do ano de emancipação política.

Gentílico – Nome que designa a “terra”, “nação”, “área” ou “município”, a qual pertence.

Localização Municipal – Refere-se a posição do município em relação ao contexto do Estado.

Coordenadas Geográficas – São valores Numéricos através dos quais pode-se definir a posição de um ponto na superfície da terra, tendo como ponto de origem para as latitudes o Equador, e o mediano de Greenwich para a origem das longitudes.

Latitude – Ângulo formado pela normal à superfície adotada para a terra, que passa pelo ponto considerado e a reta correspondente à sua projeção no plano do Equador. A latitude quando medida no sentido do Pólo Norte é chamada latitude norte ou positiva. Quando medida no sentido do Pólo Sul é chamada latitude sul ou negativa. Sua variação é 0° a 90°N ou 0° a + 90° e 0° a 90°S ou 0° a – 90°.

Longitude – Ângulo diedro formado pelos planos do meridiano de Greenwich e do meridiano que passa pelo ponto considerado. A longitude pode ser contada no sentido oeste, quando é chamada longitude oeste de Greenwich (W Gr.) ou negativa. Se contada no sentido este é chamada longitude este de Greenwich (E Gr.) ou positiva.

Limite – Linha materializada ou não, que demarca a fronteira entre duas áreas vizinhas. É definido normalmente por lei de qualquer umas das instâncias da administração pública, federal, estadual ou municipal.

Afluente – curso de água que vai até a outra corrente fluvial ou a um lago, contribuindo para aumentar-lhes o volume.

Fuso Horário – convenção estabelecida que se refere a uma área abrangida por dois meridianos, dentro da qual a hora é a mesma em todos os lugares nela inseridos. Cada fuso tem em geral 15° de longitude, tendo como centro um meridiano cuja longitude é exatamente divisível por 15.

Área Municipal – É o cálculo do espaço geográfico ao qual a circunscrição administrativa está inserida.

DEMOGRAFIA

População Residente – constituída pelos moradores nas unidades domiciliares, mesmo que ausentes na data das pesquisas.

Densidade Demográfica – é o indicador que mostra como a população se distribui pelo território, sendo determinada pela razão entre a população e a área de uma determinada região.

Distribuição da População por Situação de Domicílios – a população é classificada segundo a localização do domicílio nas áreas urbanas ou rurais, definidas por lei municipal. Na situação urbana, consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas cidades, vilas e áreas urbanas isoladas, conforme delimitadas pelas respectivas posturas municipais à época de realização dos Censos Demográficos; a situação rural abrange a população e os domicílios recenseados fora dos limites daquelas áreas, inclusive nos aglomerados rurais (povoados, arraiais, etc.).

Razão de Sexos – é a relação entre a população masculina e a feminina por 100 e representa o número de homens para cada 100 mulheres.

Taxa de Urbanização – Proporção entre a população da área urbana em relação à população total.

Taxa Geométrica de Incremento Anual – mostra o ritmo de crescimento anual experimentado pela população num determinado período de tempo. É obtida através da fórmula:

$$i = \left[\sqrt[n]{\frac{P_{(n+1)}}{P_n}} - 1 \right] \times 100, \text{ onde}$$

$P_{(n+1)}$ e P_n representam as populações correspondentes a duas datas sucessivas e n , o intervalo entre essas duas datas, medido em ano.

Razão de Dependência – é o resultado da soma da população jovem de 0 a 15 anos mais a população idosa de 65 anos e

mais de idade, dividido pela população produtiva de 15 a 64 anos. Ela representa o dimensionamento da força de trabalho, ou seja, mostra a percentagem da população dependente em relação à população em idade ativa.

Índice de Envelhecimento – Expressa o ritmo de envelhecimento verificado anualmente sendo obtido por:

$$I = \frac{\text{Pop. de 65 anos e maior de idade}}{\text{Pop. de menos de 15 anos de idade}} \times 100$$

SAÚDE

Centro de Saúde - São serviços oficiais do Ministério da Saúde e Assistência, responsáveis pela integração e coordenação das atividades de saúde e assistência, bem como pela prestação de cuidados médicos de base, de natureza não especializada, com o objetivo de assegurar a cobertura médico-sanitária da população da área que lhes corresponde.

Nascidos Vivos – número de nascimentos onde, após a expulsão ou extração completa do corpo materno, independentemente do tempo de duração da gestação, manifestou algum sinal de vida (respiração, choro, movimentos de músculos de contração voluntária, batimento cardíaco, etc), ainda que tenha falecido em seguida.

Mortalidade Geral – refere-se ao número total de óbitos ocorridos numa determinada população, durante um período de tempo especificado, em geral um ano, e exprime-se por 1.000 habitantes.

Mortalidade Materna – É número de mortes maternas associadas com a gravidez e o parto, em relação ao número total de nascimentos.

Mortalidade Infantil – número de mortes de crianças com menos de 1 ano de idade por mil nascidos vivos nesse ano.

Mortalidade Fetal – é definida entre nós como a produzida antes do nascimento.

Mortalidade Perinatal – é o número de nascidos mortos e mortes ocorridas até uma semana (morte no período à volta do parto) por mil nascidos vivos até uma semana.

Fecundidade – Número médio de filhos que teria uma mulher, de uma coorte hipotética, ao fim do período reprodutivo, estando sujeita a uma determinada lei de fecundidade, ou ausência de mortalidade desde o nascimento até o final do período fértil.

Doenças Crônicas Degenerativas – patologias que não tem cura, e que causam danos em longo prazo. Tais doenças ocasionam ônus à saúde pública pois exigem uso de medicamentos contínuos.

EDUCAÇÃO

Estabelecimento de Ensino – São unidades escolares onde se processa as atividades de ensino e aprendizagem

Matrícula Inicial – Número de alunos matriculados em cada grau / modalidade de ensino, efetivamente freqüentando a escola em cada série, de acordo com o horário de funcionamento da turma.

Pré-Escolar – primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os 6 anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade.

Ensino Fundamental – obrigatório e gratuito para alunos de 7 a 14 anos compreende oito séries letivas. Constitui uma fusão do antigo ensino primário comum (quatro séries, para crianças de 7 a 10 anos) e do Ensino Médio de 1º ciclo (também de quatro séries, para adolescentes de 11 a 14 anos), com inovações pedagógicas nas terminalidades do nível de ensino.

Ensino Médio – composto de três ou quatro séries é equivalente ao antigo Ensino Médio de 2º ciclo e destina-se a conferir habitação profissional de nível médio à faixa etária de 15 a 18 anos.

Função Docente – é o número de professores da escola que leciona em cada grau / modalidade de ensino. Um professor pode ter mais de uma função docente.

Matrícula Final – é o total de alunos aprovados, reprovados e evadidos no final do ano X, em um determinado nível de ensino.

Taxa de Aprovação – indica o percentual de alunos aprovados em determinado nível de ensino em relação à matrícula final, no nível de ensino.

Taxa de Reprovação – indica o percentual de alunos reprovados em determinado nível de ensino em relação à matrícula

final, no nível de ensino.

Taxa de Evasão – indica o percentual de alunos evadidos (afastados por abandono), em determinado nível de ensino em relação à matrícula final, no nível de ensino.

ENERGIA ELÉTRICA

Residencial – É aquela em que as unidades consumidoras utilizam a energia elétrica para fins residenciais, salvo aqueles situados em propriedade rural na qual seja desenvolvida atividade agropecuária com objetivo econômico. Inclui-se nesta classe o fornecimento para uso comum de prédios ou conjuntos com predominância de unidades consumidoras residenciais.

Comercial – É aquela em que as unidades consumidoras exercem atividade comercial e de prestação de serviços (exclusive os serviços públicos). A classe comercial deve ser estratificada nas seguintes subclasses: comercial; serviços de transporte, exclusive tração elétrica; serviços de comunicação e telecomunicações; serviços de irrigação; outros serviços.

Industrial – É aquela em que as unidades consumidoras desenvolvem atividades industriais. Para que se tenha um conjunto mais homogêneo com relação à atividade industrial sugere-se estratificar os consumidores nos seguintes gêneros: extração de tratamento de minerais; produtos minerais não metálicos; metalúrgica; mecânica; material elétrico e de comunicações; madeira; mobiliária; papel e papelão; borracha; couros; peles e produtos similares; química; produtos farmacêuticos e veterinários; perfumaria, sabões e velas; produtos de materiais plásticos; têxtil; vestuário, calçados e artefatos de tecidos; produtos alimentares; bebidas; fumo; editorial e gráfica, diversos; utilidade pública; e construção.

Outros – São alocados nesta categoria as unidades consumidoras não prevista nas demais classes, inclusive o fornecimento destinado às instalações de uso comum de prédio ou conjunto com predominâncias de unidades consumidoras não residenciais. Dentre as que se classificam como outro, destaca-se, o setor rural (são alocados nesta categoria consumidores que desenvolvem atividade rural com objetivos econômicos. Esta categoria é estratificada nas seguintes subclasses: agropastoril; cooperativa de eletrificação rural; indústria rural e coletividade rural); **consumo próprio** (fornecimento destinado ao próprio concessionário devendo ser consideradas as seguintes subclasses: consumo próprio, canteiro de obras e interno); **iluminação pública** (são alocados iluminação de ruas, praças, avenidas, jardins, vias, estradas e outros logradouros de domínio público de uso comum e livre acesso de responsabilidade de pessoa jurídica de direito público); **serviço público** (são alocados os consumidores que utilizam motores, máquinas e equipamentos para prestação de serviços públicos de água, esgoto, saneamento e tração urbana e/ou ferroviária explorados mediante concessão ou autorização; e **poder público** (são alocados os consumidores independentes da atividade desenvolvida, que forem de responsabilidade de pessoa jurídica de direito público, exceto a iluminação pública e os serviços públicos)).

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Economias – Todo imóvel com ocupação independente, dotado de no mínimo um ponto de água, perfeitamente identificável como uma unidade autônoma, para efeito de faturamento.

Volume Faturado – Quantidade de água (medida e/ou estimada) ou de esgotos, faturado no mês, relativo às economias residenciais, comerciais, industriais e públicas.

COMUNICAÇÃO

Terminal Instalado – Terminal telefônico utilizado por domicílio residencial e os estabelecimentos industriais, comerciais, de profissionais liberais no exercício de sua profissão, ou de órgãos pertencentes aos poderes públicos municipal, estadual ou federal.

Emissora de TV – É a emissora de radiodifusão de televisão que transmite simultaneamente sinais de imagens e som destinados a serem recebidos pelo público em geral.

TVA – Serviço especial de televisão por assinatura; é o serviço de telecomunicação destinado a distribuir sons e imagens a assinantes, através de sinais codificados, mediante utilização de canais do espectro radioelétrico.

MMDS – Serviço de distribuição de sinais multiponto multicanal; é um codificador de televisão que se utiliza faixa de

microondas para transmitir sinais a serem recebidos em pontos determinados dentro da área de prestação de serviço.

Caixa de Coleta – Receptáculos em acrílico, instalados em logradouros públicos ou em estabelecimentos comerciais destinados ao atendimento do usuário por meio de depósito de correspondências previamente franqueadas.

Vale Postal Nacional: Consiste no pagamento a um favorecido (destinatário) em moeda corrente no país, do valor correspondente a um título emitido por unidade ou órgão da ECT, a pedido de um remetente.

Encomenda Normal – É a modalidade de serviço de envio de encomenda em âmbito nacional, mediante tratamento não urgente, podendo ser postada com ou sem valor declarado.

Sedex - É a modalidade do serviço de encomenda expressa, executada em âmbito nacional, mediante tratamento urgente, pode ser postada com ou sem valor declarado.

Caixas Postais – É o serviço através do qual os objetos são depositados em receptáculos apropriados, para entrega mediante a utilização da respectiva chave, sem a interferência de empregado da ECT. O nome e o endereço do assinante de caixa postal só poderão ser divulgados, quando o proprietário da caixa postal autorizar, no formulário próprio.

Objetos Simples recebidos – São todos os objetos sem registro recebidos de outras localidades, que pode ser nacional ou internacional, para serem entregues aos seus respectivos destinatários.

Reembolso Postal – Consiste no recebimento, encaminhamento e entrega, pela ECT, exclusivamente em território nacional, de objetos postais e no pagamento aos remetentes dos valores por estes determinados e recebidos dos destinatários.

Telegrama Fonado – É o serviço no qual o cliente, assinante de linha telefônica têm acesso através do nº especial para transmitir o telegrama e informações adicionais.

Porte Pago – É o serviço que possibilita a postagem de impressos franqueados mediante colagem de etiqueta padronizada, impressão ou carimbo de indicação 'PORTE PAGO', no regime nacional ou 'PORTPYÉ', no internacional.

TRANSPORTE

Granéis Líquidos – a movimentação de cargas do tipo: óleo diesel, gasolina, querosene de avião, petróleo comum, gás liquefeito de petróleo (GPL), álcool anidro, óleo combustível, líquido de castanha de caju (LCC) e lubrificantes naftênicos.

Granéis Sólidos – São Considerados granéis sólidos a movimentação de cargas, tais como: trigo em grãos, milho, soja, derivados de soja e fertilizantes.

Navegação de Cabotagem – é navegação realizada porto a porto no próprio país.

Navegação de Longo Curso – é a navegação realizada com o comércio internacional, ou seja, Navegação externa.

AGROPECUÁRIA

Culturas Temporárias – São culturas de curta ou média duração, geralmente com ciclo vegetativo (período compreendido entre o plantio e a colheita) inferior a um ano e que depois de colhidas, necessitam de um novo plantio. Ex.: algodão herbáceo, amendoim, arroz, batata-inglesa, cebola, feijão, fumo, milho e soja.

Culturas Permanentes – São culturas de longo ciclo vegetativo, que permitem colheitas por vários anos sem necessidade de novo plantio. Ex: algodão arbóreo, banana, cacau, café, coco-da-baía, laranja, pimenta-do-reino, sisal e uva.

Área Colhida – É a parcela da área plantada de cada produto que foi realmente colhida durante o ano-base do levantamento. Para as culturas temporárias de curta e média duração, a área colhida será; no máximo, igual à área plantada quando não houver perda por adversidade climática (chuva, seca, granizo, geada, etc...), patogênica ou econômica. E para as culturas temporárias de longa duração, a área em que foi colhida a produção no ano-base do levantamento. Para as culturas permanentes a área colhida corresponde à área ocupada com pés que produziram no ano-base do levantamento.

Produção Agrícola – Quantidade de cada produto agrícola obtida na área colhida, na data de referência da pesquisa.

Valor da Produção – É o preço médio do produto multiplicado pela quantidade produzida.

Unidade Armazenadora – (Pesquisa de Estoques). Prédio ou instalação construída ou adaptada para a armazenagem de produtos, exclusive os tonéis ou tanques metálicos utilizados para armazenagem de óleos vegetais. A unidade

armazenadora classifica-se em: armazém convencional, armazém estrutural, armazém inflável, armazém graneleiro, armazém granelizado e silo (para grãos).

Estabelecimento – Local constituído por uma ou mais unidades armazenadoras, próprias ou não, formando um conjunto sob a mesma gerência, que se dedica à prestação de serviços de armazenagem, ou que tem a guarda de produtos agropecuários e/ou seus derivados vinculada à sua atividade principal (agropecuária, comércio, indústria).

Armazém Convencional – Unidade armazenadora de piso plano, de comportamentos únicos, adequados à guarda e à proteção de mercadorias embaladas em sacos, fardos, caixas, etc. Tal unidade armazenadora pode ser de concreto, alvenaria ou de outros materiais próprios para a construção, desde que apresente boas condições de ventilação, movimentação, drenagem e cobertura.

Armazém Estrutural – (Pesquisa de Estoque). Unidade armazenadora de estrutura auto-sustentável, com fechamento lateral e cobertura de vinil ou polipropileno, que permite armazenagem emergencial, localizado, em geral, nas zonas de expansão das fronteiras agrícolas.

Armazém Inflável – (Pesquisa de Estoque). Unidade armazenadora de estrutura flexível e inflável, em vinil ou polipropileno, dotada de válvulas e comportas que permitem sua modelagem ou armação através de insuflação de ar circulante, utilizada, em geral, nas zonas de expansão das fronteiras agrícolas.

Armazém Graneleiro – Unidade armazenadora caracterizada por um compartimento de estocagem, de concreto ou alvenaria, onde a massa de grãos é separada por septos divisórios, geralmente em número de dois, apresentando fundo em forma de V ou W, possuindo, ainda, equipamentos automatizados ou semi-automatizados, instalados numa central de recebimento e beneficiamento de produtos.

Armazém Granelizado – Unidade armazenadora de fundo plano, resultante de uma adaptação do armazém convencional, para operar com produtos a granel.

Silo – Unidade Armazenadora de grãos, caracterizada por um ou mais compartimentos estanques denominados células.

Capacidade Útil – (Pesquisa de Estoques). Limite máximo de utilização da unidade armazenadora, expresso em metros cúbicos para armazéns convencionais, estruturais e infláveis, e em toneladas para armazéns graneleiros, granelizados e silos.

Produção da Extração Vegetal e Silvicultura – Informações sobre a quantidade e valor das produções obtidas mediante a exploração de maciços florestais nativos (extrativismo vegetal) ou provenientes da exploração de maciços florestais plantados (silvicultura).

Extração Mineral e Metálica – Consiste na extração de minério de ferro, metais preciosos, metais não ferrosos (bauxita, cobre, cassiterita e manganês), sintetização ou solonização de minerais metálicos, extração de minerais para fabricação de adubos e fertilizantes para elaboração de outros produtos químicos, extração de pedras e outros materiais para construção, como também na extração de sal, de pedras preciosas e semipreciosas, de outros minerais não metálicos, de petróleo, gás natural e combustível mineral de carvão-de-pedra, xisto betuminoso e outros combustíveis, extração de gesso e minerais radioativos (urânio, tório e areia monazítica).

TURISMO

Estabelecimentos de Hospedagem – São estruturas prediais construídas ou implantadas, com a finalidade específica de alojamento, para visitantes ou turistas.

Hotéis Cadastrados – Estabelecimentos onde se reservam ou alugam quartos e apartamentos mobiliados, com refeição ou sem elas; constantes na classificação da EMBRATUR, obedecendo a padrões dando ênfase, à qualidade e quantidade do atendimento e dos serviços e equipamentos ofertados.

FINANÇAS PÚBLICAS

Receita Tributária – São Recursos decorrentes da arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria.

Receita Própria – São Recursos decorrentes da arrecadação e transferências de impostos e contribuições de melhoria.

Transferências Constitucionais – Dispositivo constitucional, o qual determina repasse aos municípios nos percentuais de

25%, 50% e 25%, respectivamente, pertinente a arrecadação sobre o ICMS, IPVA e cota parte do Fundo de Exportação (IPI – Exportação).

Arrecadação Estadual – São Recursos decorrentes da arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria da esfera Estadual.

Arrecadação Federal – São Recursos decorrentes da arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria da esfera Federal.

Arrecadação Municipal – São Recursos decorrentes da arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria da esfera Municipal.

INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS

Programa de Crédito Produtivo – São Programas voltados para dinamizar os setores produtivos, diversificar e integrar a base produtiva, incentivando a descentralização da localização de empreendimentos e a formação de cadeias produtivas.

PRONAF – Programa Nacional Agricultura Familiar, Recursos do Governo Federal que através de convênios com Estados repassa recursos para pequenos agricultores através das secretarias de Agricultura.

Projetos CONDEL/SUDAM – São projetos de incentivos fiscais na Região Amazônia.

PEP – Programa de Ensino Profissionalizante, que a partir do no 2000 passa a ser PEQ (Programa de Ensino de Qualificação).

FDE – Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará é um fundo para financiar Programas e Projetos, considerados relevantes para o desenvolvimento econômico do Estado do Pará, de forma a reduzir as desigualdades Regionais e Sociais, em consonância com as diretrizes do Plano Plurianual, abrangendo o setor público e privado.

INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS

Operação de Crédito – Recursos decorrentes da colocação de títulos públicos ou de nenhum dos demais regimes e tenham escrita fiscal e contábil maior que 200.000 UFIR.



Informações:

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA ESTADUAL

Rua Boaventura da Silva 401/403

CEP: 66.053-050

Fone/Fax: 3204-7478/ 3204-7479

E-mail: diepi@sepof.pa.gov.br - gerin@sepof.pa.gov.br

gede@sepof.pa.gov.br - geres@sepof.pa.gov.br

Home page: www.sepof.pa.gov.br